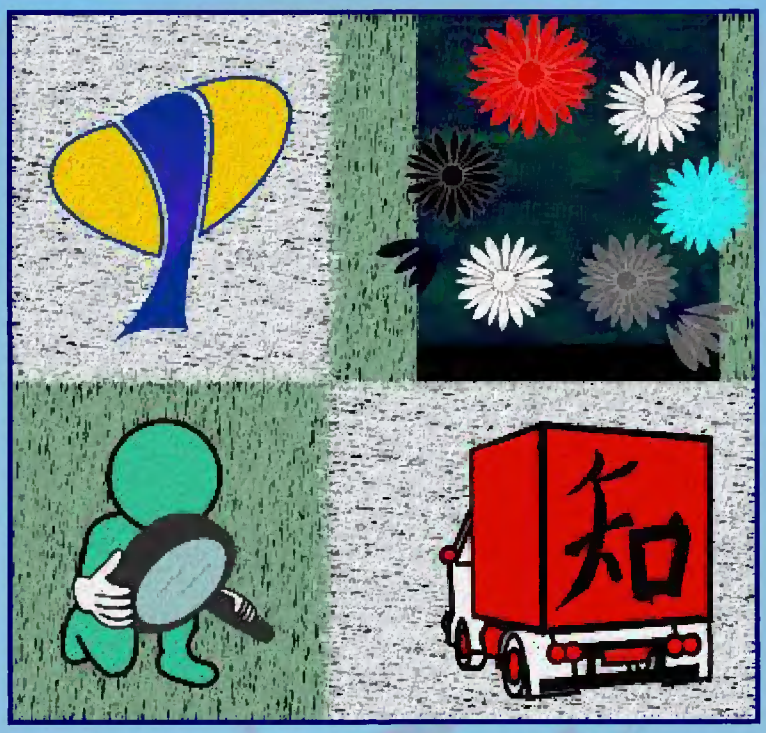
caminhos



Diversidade Cultural, Mídia e Docência

Avaliando a Avaliação: O Produtivismo como Política Institucional de Inferência da Qualidade de Trabalhos Científicos

Museu Itinerante Ponto UFMG – Desafios da Arte e Ciência

As origens da Psicanálise em Belo Horizonte - A Saga de um Ideal

Uma proposta para melhorar a educação dos países da América Latina e do Caribe

REVISTA DO SINDICATO DOS PROFESSORES DE UNIVERSIDADES FEDERAIS DE BELO HORIZONTE E MONTES CLAROS

Nº 28 / 2011

Caminhos

REVISTA DO SINDICATO DOS PROFESSORES DE UNIVERSIDADES FEDERAIS DE BELO HORIZONTE E MONTES CLAROS

Nº 28 / 2011

A P U B H
Belo Horizonte
Publicação anual
Caminhos 2011
ISSN - 1517-3038

Conselho Editorial
José Lopes de Siqueira Neto e
Débora Torres Mendes de Oliveira

Coordenação e Edição
Marketing e Comunicação da Apubh

Jornalista Responsável
Simone Ribeiro de Melo
nr: MTB 1145/MG

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica
Lucas Daian

Impressão
Gráfica Formato

Distribuição gratuita
Venda proibida

CAMINHOS
- V. 28, n1, (Setembro) 2011 - Belo Horizonte: Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros - APUBH, 2011

CAMINHOS 2011
ISSN: 1517-3038

1. Docentes Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - Periódico - 1. Título

Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros – APUBH
Gestão 2010-2012

DIRETORIA EXECUTIVA:
- Presidente:
José de Lopes de Siqueira Neto
- 1º vice-presidente:
Armando G. M. Neves
- 2º vice-presidente:
Carlos Barreira Martinez
- Secretário-Geral:
Giovane Azevedo
- Vice-Secretária-Geral:
Otávia F. de S. Rodrigues
- Diretor de Finanças:
João Maurício Lima de F. Mota
- Vice-Diretor de Finanças:
Débora Torres Mendes de Oliveira
- 1º Suplente:
Ronaldo Alves Pinto Nagem
- 2º Suplente:
Marco Túlio Correa de Faria

DIRETORIAS SETORIAIS:
- Ciência e Tecnologia:
Henrique Pimenta Barroso Magalhães
- Hospital Universitário:
Mauro Ivan Salgado
- Política de Ensino Básico e Profissional:
Alex Fabiani de Brito Torres
- Diretoria de Política Educacional:
Walter Ernesto Ude Marques
- Política Sindical:
Paulo César da Costa Pinheiro
- Política Cultural:
Fernando Antônio de Melo (Limoeiro)
- Seguridade Social:
Jadson Cláudio Belchior

sumário

Editorial 5

Artigos 7

Diversidade Cultural, Mídia e Docência 8
Dalmir Francisco

Avaliando a Avaliação: O Produtivismo como Política Institucional de Inferência da Qualidade de Trabalhos Científicos 27
Beatriz Couto

Museu Itinerante Ponto UFMG – Desafios da Arte e Ciência 52
Tânia Margarida Lima Costa e
Jessica Norberto Rocha

As origens da Psicanálise em Belo Horizonte - A Saga de um Ideal 66
Sebastião Abrão Salim

Uma proposta para melhorar a educação dos países da América Latina e do Caribe 82
José de Siqueira

Poemas 92
Romeu Sabará

Editorial

A Revista Caminhos é um espaço democrático e multidisciplinar para que, através de artigos, charges, crônicas ou poesias, os docentes promovam a reflexão e a discussão de questões atuais sobre a vida acadêmica, os desafios da profissão, as transformações sociais, políticas, culturais e tecnológicas da sociedade, entre outros assuntos.

Esta edição vem acompanhada de uma preocupação sobre a importância que os docentes dão a essa publicação periódica, idealizada e formatada pela classe e para a classe. Por isso, para nós, torna-se fundamental promover o reconhecimento da publicação pelos docentes como espaço legítimo e sacramentado de produção e de divulgação do saber produzido na universidade. A intenção é de transformar a revista, que já tem o seu ISSN - International Standard Serial Number (Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas), em uma publicação Qualis A ou B. Esse é o compromisso da nossa comissão editorial.

A 28ª edição da Caminhos traz seis valiosas e profícuas contribuições dos docentes da UFMG, filiados à Apubh. Os temas abordados versam sobre a diversidade cultural, mídia e docência; o projeto e as ações do Museu Itinerante Ponto UFMG; a história da Psicanálise em Belo Horizonte; a proposta da criação de um Instituto de Pesquisa em Educação; uma reflexão sobre o produtivismo como política institucional; e poemas de cunho político e sobre a carreira docente. Ou seja, esta é, talvez, uma das edições mais ecléticas e diversas da história da publicação. É, certamente, um reflexo do tempo em que vivemos.

Professor, o edital para a edição de número 29, publicado no final da revista, já está aberto e a sua contribuição é de suma importância para a Apubh. Por isso, não deixe de submeter a sua produção.

Uma boa leitura e até a próxima!

ARTIGOS

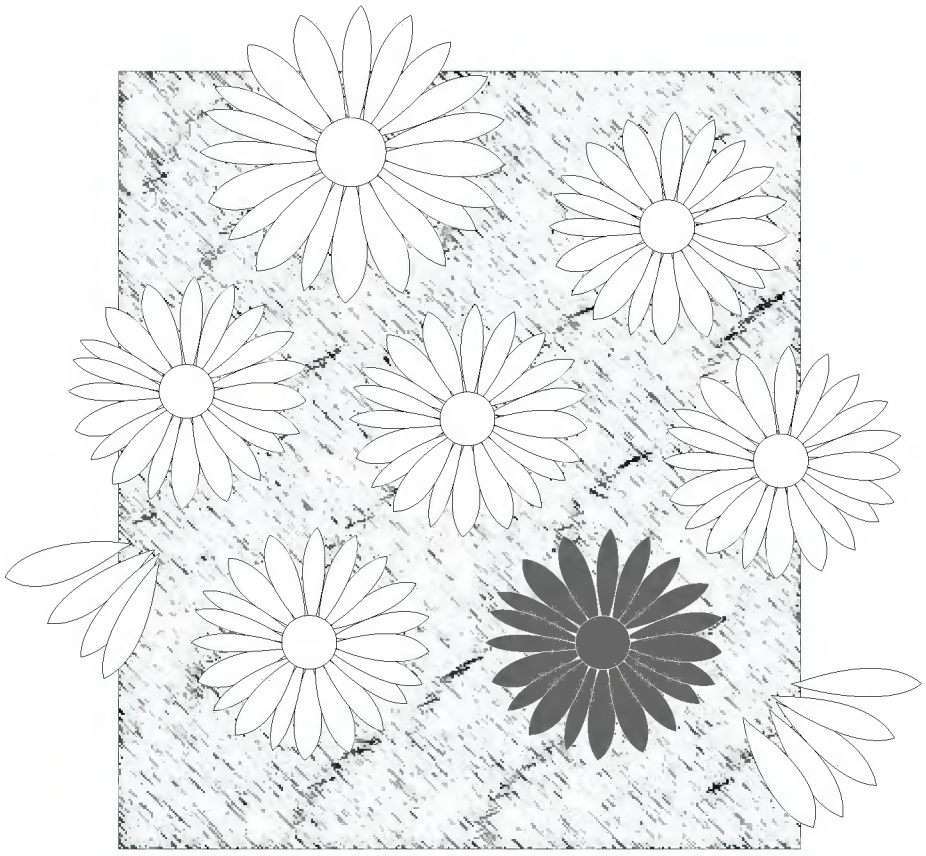
Dalmir Francisco



Simone Ribeiro

Dalmir Francisco é professor do Departamento de Comunicação Social da FAFICH / UFMG.

DIVERSIDADE CULTURAL, MÍDIA E DOCÊNCIA



Resumo

Este artigo trata da discriminação do negro, das relações de classe, da mulher e das renovadas formas de desqualificação humana contra gays e lésbicas, na contemporânea narrativa de jornais impressos brasileiros. Para isso, com base nas técnicas jornalísticas e aportes da análise de discurso, serão discutidas:

1) Docência, humanidades e comunicação na sociedade democrática e marcada pela diversidade.

2) sociedade contemporânea e as formas de reprodução das desigualdades na mídia.

3) O que há de comum na discriminação entre diversos segmentos sociais que aponta para uma ocasional *comum* união dos discriminados e o que isso tem a ver com os docentes.

Palavras-Chave: diversidade, cultura, docência, raça, classe social, gênero e sexo.

1) Docência, humanidades e comunicação na sociedade democrática marcada pela diversidade.

Docência, docente – eis duas palavras que nos identificam e nos qualificam – e que tem em sua raiz *doc e docére, com o significado de* ensinar, indicar, instruir, mostrar ou possibilitar entendimento. Como tal, docência tem a ver com documento e documentação (*documentum,documentati*), e, em conseqüência, docência está ligada à memória viva do saber a serviço da sociedade e da própria possibilidade futura da humanidade (história e cultura). E memória não se confunde com lembrança. Memória está ligada às musas e, ensinam os filósofos e a etimologia, memória vem de *mne* e está ligada à força de explosão, de coragem, de fúria e de furor. Memória - *mne* - se liga à força de criação, de impulsão, de ousadia e de vigor, de criação, de "aplicar o espírito e, portanto, a aprender e ensinar, é a aplicação da força de concentração do espírito em alguma coisa, daí o sentido de cuidado e preocupação". [1]

Nas sociedades de milhares de indivíduos, a sociabilidade (ou a consciência dela) é responsável pela relativa estabilidade das sociedades. A educação pública é essencial para a vida nas sociedades contemporâneas. Onde falta educação pública falta a própria noção de *comunidade* humana. Educação continua sendo abertura do ser humano para o desafio histórico que lhe cabe: buscar por uma sociedade cada vez mais humanamente própria e boa a todos os homens poderem viver. A docência – em todos os níveis - continua no cerne do processo civilizatório da sociedade ocidental contemporânea e isso

[1] Ver Emmanuel Carneiro Leão: "*História na filosofia grega*". Rio de Janeiro: Mimeo. 15 p.

significa que, na relação com os discentes, a docência e as humanidades andam ou deveriam andar juntos.

As Instituições de Ensino Superior no Brasil e, particularmente, as Instituições Federais, passaram recentemente por mudanças profundas com o Prouni e o Reuni. Nestas instituições e na UFMG há mais oriundos das *classes menos abastadas* (como a pudicícia antiga dizia), há mais negros e há mais negras. Como dizia a humorista, a universidade pública está mais democrática ao receber os *novos pobres* que são, na verdade, a atual classe média (com *hábitos* da *antiga classe* C). Nas IFES, o Reuni significa a conquista, por parte dos movimentos sociais e particularmente do movimento negro, de maior acesso de pobres *e* negros na universidade púbica, gratuita, laica e de maior qualidade de ensino.

Isso não significa que a discriminação racista contra negros e não-brancos tenha diminuído. Segundo dados do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada), passados 123 anos da Abolição da Escravatura no Brasil, os negros são atualmente 97 milhões de pessoas, frente a 91 milhões de brancos. A população negra cresceu mais do que a branca, mas o salto superior a 20 milhões de negros tem a ver com o número maior de pessoas que se declararam *pretas* e *pardas em 2010* (os negros eram 76 milhões no censo de 2000). O Censo 2010 do IBGE revela, ainda, que *pretos* e *pardos* são também a maioria em Minas Gerais. Os negros mineiros somam 10,4 milhões de pessoas (8,1 milhões em 2000), frente a 8,8 milhões de brancos (9,5 milhões em 2000). A população negra brasileira é mais pobre, mais jovem, tem mais filhos. A mulher negra tem menor inserção no mercado de trabalho que a mulher branca, mas ambas participam da sustentação econômica e financeira das famílias. Setenta e cinco por cento da mulher branca está no mercado de trabalho, assegura 36,1% da renda familiar e contribui com mais de vinte horas semanais de trabalho doméstico. Setenta por cento das mulheres negras estão no mercado de trabalho, garantindo 28,5% da renda familiar e mais 22 horas semanais de trabalho doméstico. Um dado chama a atenção: o número de mães solteiras negras é perto de 18%, frente a cerca de 14% de mães solteiras brancas.

A insegurança atinge mais os negros que os brancos. Acidentes (inclusive de trânsito e outros) e homicídios matam mais de 24 por cento dos homens negros, na faixa de 15 a 29 anos. Note-se que os homicídios atingem 48% de negros. O homicídio atinge 36,3% dos homens brancos, segundo o IBGE, 2010 [2]. Frente à realidade dos negros, as políticas de ação afirmativas, adotadas pela sociedade brasileira, como a política de cotas nas universidades

Quadro I - Participação da Mulher na sustentação do lar e cor - IPEA / 2009

Mercado de Trabalho e participação na renda			
Mulher	Renda	Inserção	Trabalho doméstico (horas Semanais)
Branca	36, 1	75	20, 3
Negra	28, 5	70	22, 0

[2] Ver: Negros são maioria e mais expostos à violência no Brasil, afirma Ipea. *A Tarde.* São Paulo. 12 mai. 2011: 14,30. Disponível em <www.atarde.com.br >. Acesso em: 01 jul 2011 e - TORRES, Fernando. Negros são maioria no país. *O tempo*, Belo Horizonte, 18 mai. 2011, Suplemento Magazine / Blequitude, p. 5. Com base em pesquisa da UFRJ entre 1999 e 2005, o jornal *Folha de São Paulo* de 20 de novembro de 2007 já havia anunciado que negros morrem mais de homicídio. Tanto como a chamada do jornal mineiro *O Tempo*, o título da *Folha de São Paulo* é em si mesmo, uma aberração linguística: pessoas morrem de homicídio (culposo ou doloso) ou são assassinadas? Cf. Negros morrem mais de homicídio; brancos, de doença. *Folha de São Paulo.* São Paulo, 20 nov 2007. Caderno A, p. A1 e Caderno Cotidiano, p. C2.

(bônus na UFMG), nos concursos públicos e outras formas de oferecer mais oportunidades aos negros parece muito correta.

O racismo é forte e está presente nas críticas reacionárias contra as políticas públicas para a superação da discriminação racial. Pode-se sinalizar esse forte racismo e a tentativa de silenciar o debate, indicando o *escândalo* provocado pela denúncia do racismo presente em nossa literatura e que seguia intocada em sua capacidade de devastação intelectual e moral de negros e de não-brancos. Fala-se, aqui, do debate provocado em torno da obra de Monteiro Lobato, escritor que, com o silêncio possibilitado pela insuficiente crítica do racismo, continua tendo sua obra acriticamente publicada e na qual prega o extermínio dos negros [3].

Pelos corredores, bancos ajardinados e cantinas da Fafich, da Fale e ECI, na UFMG [4], o corpo discente está mais socialmente diversificado e, além dos jovens casais heterossexuais, cresceram as manifestações públicas e abertas de pares homossexuais (gays e lésbicas), orgulhosos por poder enamorar-se (*en-amor-ar*) em mostrar em público o afeto que pode dizer seu nome, sobretudo depois que o STF declarou que o amor e a união estável e legalmente contratada entre cidadãos e cidadãs do mesmo sexo são legítimas e legais.

Pelos mesmos espaços acadêmicos, não são poucas as jovens mulheres que exibem o corpo e a sensualidade, de modo que pela roupa (a segunda pele) mostram a mulher que vive e se prepara para mais viver, desenvolvendo todo o seu potencial e para usufruir ou não, a possibilidade de vir a ser mãe ou mãe de família. Essas moças não tem medo de serem associadas às *vadias* por ostentarem um visual algo *daspu* [5]. Ao contrário: essas jovens mulheres fazem aqui e no exterior, marcha das *vadias* ou das *vagabundas.* A *marcha das Vagabundas* (*vadias,*) é um protesto das mulheres que põem prática a liberdade de expressão, constitucional e legal, de vestir e exibir a sensualidade feminina, sem serem agredidas ou estupradas. O movimento conhecido como '*SlutWalk*', marcha das *vagabundas* ou das *vadias*, foi feito pela primeira vez por mulheres de Toronto, no Canadá, contra um policial que disse às alunas de uma universidade que deveriam deixar de se vestir como *vagabundas* e, assim, evitarem o estupro. As e os estudantes protestaram, fizeram a primeira marcha, criaram um site e multiplicaram o protesto pela Austrália, pela Dinamarca, pela Escócia, pelos EUA, pela Holanda e pela Suécia. Parece que as mulheres de todo o mundo, ao menos as enredadas pela internet, pediram o deferimento de um requerimento histórico: o direito de ter o próprio corpo, o *habeas corpus* como proteção do direito de liberdade de expressão, de li-

[3] Ver, entre outras publicações: País de mestiços onde branco não tem força para organizar uma Ku Kux Klan, é país perdido. Cartas inéditas desvendam a relação entre o escritor Monteiro Lobato e o racismo. REVISTA BRAVO. São Paulo: Ed. Abril, n. 165, mai / 201, p. 24-33. Com a palavra Monteiro Lobato. Carta com ideias eugenistas agressivas enviadas pelo escritor a amigos mostram que associá-lo ao racismo não é tão absurdo. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 mar. 2011, Logo a página móvel, p. 14.

[4] Fafich: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas; Fale: Faculdade de Letras; ECI: Escola de Ciências da Informação – todas da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

[5] A *Daspu* é uma grife de roupas femininas, criada em 2005, pela ONG *Davida*, de prostitutas e ex-prostitutas, sob a liderança de Gabriela Leite. Irreverente e irônica, a *Daspu* e a sua *Putique* enfrentaram uma ameaça de processo da loja de elite paulistana *Daslu*. Em uma estamparia, a *Daspu* resumiu a que veio: *"Somos más, podemos ser piores." (Gabriela Leite).* Ver: LEITE, Marcella. A princesa e a plebéia: Daslu X Daspu. *O globo.globo.com/online*, Rio de Janeiro, 02/12/2005. Disponível em: <www.globo.com> Acesso em: 25 jun 2011. A propósito, veja-se esse fragmento de entrevista de Glória Kalil, no **Chic, com a líder de *Daspu*, Gabriela Leite. "Chic:** Percebemos que hoje em dia é difícil diferenciar algumas patricinhas e prostitutas pela roupa. Você concorda? **Gabriela Leite:** Tem detalhes diferentes, mas eu concordo." Ver: Daspu: nossa moda é para todo mundo *Chic new*. São Paulo, 12 jun 2011. Disponível em: <www.chic.ig.com.br/matérias>. Acesso em: 25 jun 2011.

vre exposição e de locomoção sob ameaça por ato abusivo de autoridade ou do autoritário machismo. No Brasil, após convocação pela rede social *Facebook*, houve marcha das *vadias* em São Paulo (02/06), em Recife (12/06), em Belo Horizonte e em Brasília (14/06) [6]. A pressão social e econômica para que as mulheres *cumpram* (o suposto) *destino* de se casar e de serem mães está na pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep – apontando o desemprego e o abandono dos estudos de jovens de 18 a 24 anos, em conseqüência da maternidade [7]. Pesquisa do Instituto Avon e do Ipsos indicam que 47% das mulheres admitem já terem sido agredidas fisicamente, dentro do próprio lar. As agressões são movidas pelo sentimento machista de posse, de negação do direito da mulher à fala, à manifestação, à autoestima. Entre as mulheres agredidas, 16% na região Sul temem deixar a casa e o marido – pois podem ser assassinadas; esse temor abrange 15% das mulheres no Sudeste, 21% no Centro-Oeste e 13% no Nordeste [8]. A repressão machista sobre as mulheres parece longe de diminuir. O frisson provocado no Brasil pela eleição da primeira presidenta da República Federativa do Brasil ainda está bem vivo e, não raro, sua capacidade de direção política e administrativa é questionada. O compromisso da Presidente Dilma Rousseff de valorizar as mulheres foi criticado. Em chamada de primeira página, *O Globo* afirma que o "*Palácio do Planalto parece agora o Clube da Luluzinha*", ao comentar a ida da ex-senadora e ex-titular do Ministério da Pesca para a Secretaria de Relações Institucionais, somando-se à Ministra da Secretaria de Comunicação Social, Helena Chagas e à Ministra Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. E o jornal completa: "*No Airbus presidencial, o atendimento é feito exclusivamente por mulheres. Quase um terço do Ministério já é feminino*" [9]. Com a ilustração de uma caricatura reunindo a Presidenta Dilma Rousseff e as Ministras Ideli Salvati e Gelsi Hoffmann desenhadas com enormes sapatos de grandes saltos-altos (sapatões?), a coluna e um colunista de *O Globo* que disseram que as *raposas mais felpudas* do Congresso Nacional teriam apelidado o Governo do Brasil como a *República da Saia Justa*. O colunista chama de *arrogantes* e *briguentas* as três personalidades políticas e afirma que o Governo Brasileiro formaria a "*Primeira República do*

[7] Cerca de 40 das jovens desempregadas têm filhos. *O Tempo*, Belo Horizonte, 20 jun. 2011, p. 11.

[8] FALCÃO, Jaqueline. Quase metade das mulheres foi agredida por marido. *O Globo*. Rio de janeiro, 29 jun. 2011, p.11.

[9] *O Globo*. Rio de Janeiro, 11 jun. 2011, p. 1 e 14.

[10] A República de Salto Alto. *O Globo*. Rio de Janeiro, 13 jun. 2011, p. 2. O mesmo jornal celebra o crescimento da participação das mulheres na diplomacia brasileira. Ver: Na diplomacia, mulheres conquistam espaços. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 jun. 2011, p.14.

[6] Marcha das vadias chega ao Brasil. *Gl.oglobo.com/mundo/notícias*. Rio de Janeiro, 4 jun 2011. Disponível <www.globo.com>. Acesso em: 25 jun 2011. Em Belo Horizonte, a marcha das *vagabundas* distribuiu flores e panfletos defendendo os direitos das mulheres e se juntou ao movimento pela liberação da maconha; as mulheres estampavam cartazes com os dizeres "Não me diga como vestir. Fale para o homem não estuprar"; "Porque meu vestido rosa não é convite ao estupro" e, "Salve a liberdade de ser mulher". Cf. Marcha das vagabundas invade ruas do centro de BH. *O Tempo*, Belo Horizonte, 19 jun. 2011, p. 25. Manifestação de peito aberto. Marcha das Vadias reúne cerca de 500 pessoas na praia de Copacabana. Mulheres vestidas com pouca roupa e dcom cartazes em punho participaram ontem da primeira versão carioca da Marcha das Vadias, na Praia de Copacabana. *O Globo*. Rio de Janeiro, 3 jul. 2011, p. 29.

[11] FREIRE, Aluízio. Doméstica espancada volta ao hospital. *O Globo.com,* Rio de Janeiro 25 jun. 2007. Disponível em: <www.oglobo.com>. Acesso em 12 set. 2009. *O Globo.com*, Rio de Janeiro, 24 jun. 2007. Disponível em: <www.oglobo.com>. Acesso em: 13 mai 2008. Desde 2010 que estão livres e indultados, Rubens Pereira Arruda Bruno, Julio Junqueira Ferreira, Rodrigo dos Santos Bassalo da Silva e Leonardo Pereira de Andrade – todos condenados a 5 anos e 4 meses de prisão, por roubar e espancar Sirlei Dias de Carvalho Pinto (empregada doméstica), em junho de 2007 em um ponto de ônibus, na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Outro condenado é Felippe de Macedo Nery Neto que está foragido e não cumpriu pena. ROCHA, Carla. Agressores da doméstica Sirlei já estão soltos. Notícias do Direito. Rio de Janeiro, 29 jun. 2011. Disponível em: <www.noticiasdodireito.com >. Acesso em: 29 jun. 2011.

Salto Alto" [10].

O menosprezo pela Presidenta da República, a repudiada defesa da suposta prerrogativa do *macho* em estuprar mulheres que expõem e expressam sua sensualidade, guardam semelhanças com a discriminação de gênero que se agrava com a discriminação social e racial. Este me parece ser o caso exemplar do episódio de agressão à cidadã Sirlei Dias de Carvalho Pinto, doméstica de profissão, na madrugada do sábado 23 de junho de 2007, por cinco jovens da *alta classe média* e *moradores em um condomínio de luxo da Barra da Tijuca*, em um ponto de ônibus no Rio de Janeiro. Essa agressão simboliza aquilo que a sociedade brasileira parece não estar mais disposta a aceitar: o racismo e a discriminação racial, a discriminação de classe e o machismo. Parece, mas não é bem assim como indica a reportagem d'*O Globo* [11]. *Na* narrativa do jornal sobre a agressão sofrida pela cidadã, *O Globo* tratou os agressores como *jovens suspeitos*, colocando a transgressão como fato condicional (a cidadã *teria sido agredida...*). A violação dos direitos e a ocultação da cor da cidadã são tratadas com naturalidade, em desfavor da objetividade requerida no processo de apuração, de redação e de edição de notícias: manda o método de apuração jornalística que essa discriminação objetiva seja objetivada no texto da notícia e da reportagem.

De outro lado, estão os jovens heteros-sexuais masculinos em alegre processo de redefinição da própria identidade. – ainda que tem como *fundamental* o paradigma machista. Vejamos esse contraste: as mulheres lutam pelo direito *feminino de* explorar todas as suas potencialidades, o jovem masculino heterossexual procura manter o primado do ser que é força e é forte, preferencialmente de corpo *sarado*, incorporando ou não *adereços*, valorizando em demasia o *ter* e disposto a agir com violência para afirmar sua *hombridade*, seja contra outros jovens, seja contra mulheres, seja contra homossexuais [12].

O machismo é persistente mesmo quando há inegável e intencional prática de crime. Tal parece ser o caso da recusa de juízes de aplicar a Lei Maria da Penha. Em seu artigo 5º, a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) diz que a mulher é vítima de violência doméstica ou familiar quando sofre dano patrimonial, moral, psicológico, sexual, lesão ou ação que pode provocar a morte [13]. A forte marca discursiva machista está presente na seguinte narrativa do jornal *Aqui – com o melhor do* ***dt*** [14] – que diz: *Gay pega fogo*, anúncio antecipado pela chamada que indica *Chamas da violência*. O escandaloso título se desdo-

[12] Mais um caso de agressão a gay em São Paulo. *O Globo*. Rio de Janeiro, 26 mar 2011, p. 12 (reportagem dá conta da agressão contra Guilherme Rodrigues, ativista do GLBT em São Paulo, por quatro homens aparentando ser *skinheds*). A violência contra homossexuais no parque Garota de Ipanema (zona sul do Rio) é frequente. Foi o que contou nesta terça-feira o jovem baleado no local no último domingo (14/11/2010), após a 15ª Parada do Orgulho Gay, em Copacabana".
Folha.com. Cotidiano. São Paulo, **16 nov. 2010. Disponível em:<www.folha.com>.** Acesso em: 26 jun 2011.

[13] Lei nº 11.340, de 7 ago 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Em seu artigo 5º, a Lei diz que, para "os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial", seja no âmbito da unidade doméstica, da família, ou ainda qualquer relação afetiva e íntima, independente de orientação sexual. Brasília. www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340. Disponível em : <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 29 jun. 2011.

[14] *Aqui – com o melhor do* ***dt***. Belo Horizonte, p.1, 07 ago. 2007.

bra no subtítulo acanhado: *vítima de preconceito, digitador é incendiado em loja de conveniência em posto de gasolina em Belo Horizonte*. As marcações são importantes. Gay é coisa que pega fogo, diz o redator do jornal *Aqui – com o melhor do* ***dt*** que reafirma a discriminação contra homossexuais ao dizer que o digitador é *incendiado* ou seja: o *gay* não é considerado um ser humano, nem é considerado um cidadão que sofreu tentativa de homicídio. Não menos tenebroso é o título e as chamadas de primeira do jornal *Meia hora de notícia*, do Rio de Janeiro, que celebra a morte de Marco Aurélio da Silva Rosa, o bailarino *Lacraia*, ocorrida em 10 de maio passado. Trata-se do famoso bailarino e parceiro do MC Serginho [15]. No *hit Eguinha Pocotó* o bailarino, negro e muito magro, era incentivado a dançar aos gritos de *Vai Lacraia, Vai Lacraia*. O jornal carioca dá ao finado um retrato de página inteira, repete o incentivo do MC Serginho – *vai Lacraia, vai Lacraia* – e acrescenta a chamada: *O dançarino Lacraia, que fez sucesso ao lado de Mc Serginho, morreu ontem aos 34 anos. É dura a vida da bailarina...* A celebração da morte do homossexual assumido e que criou a figura da bailarina *Lacraia* prossegue, ainda: *Todos chora* (sic) – *o jumento, o cavalinho e a eguinha pocotó agora vão andar sós. Tadinhos...* [16] O covarde deboche com um cidadão atacado com gasolina e fogo em um posto do gasolina e a anti-ética celebração da morte de um cidadão, homossexual assumido e bailarino de espetáculos populares são exibições grotescas de machismo, de indisfarçável homofobia e de decadente prática de jornalismo. Tentando ser pitorescos, o jornal e os jornalistas foram picarescos e grotescos. Se há prática jornalística que incorre em machismo e em homofobia, há a sociedade onde o machismo e a violência que lhe é inerente aparecem, movem jovens a atacar e espancar até mesmo outros jovens que são próximos em termos sociais e econômicos. No Rio de Janeiro, na noite de 11 de junho do ano em curso, dois jovens, um de 14 anos e filho do ex-presidente do Clube de Regatas Flamengo, Márcio Braga, foram agredido por 15 adolescentes. A agressão ocorreu em Ipanema e, na delegacia de polícia, onde as vítimas foram prestar queixa, os agressores foram descritos como *brancos bem vestidos* [17].

Os exemplos, acima, expressam a discriminação racial, de classe, de gênero e de sexo. Indicam que a produção jornalística, em mídia impressa e em mídia eletrônica, está contextualizada e é afetada pela sociedade onde o racismo, a discriminação de classe, a discriminação de gênero e a homofobia constituem formas de ver e de narrar, ou de criar a imagem e objetivar o outro. Esse outro – negros e brancos, pobres, *remediados* e ricos, homens e mulheres com vária disposição afetiva e sexual, constituem o atual corpo discente. Nem os docentes, nem os discentes contam, hoje, com *massa crítica comum* para enfrentamento dessa diversidade. É importante refletir, então, sobre o nosso contexto cultural e histórico, com influência direta sobre a docência em nível de graduação e ou de pós-graduação.

2) sociedade contemporânea e reprodução das desigualdades na mídia.

As sociedades ocidentais e contemporâneas são caracterizadas pelo esforço de sua *modulação* pelas Ciências Humanas, Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas e pela co-

15 Sérgio Braga Manhãs: DJ, músico e produtor musical famoso pelas *hits* "*Vai Serginho*" e "*Eguinha Pocotó*".

16 Ver: *Meia hora de notícias*. Rio de Janeiro, 11 mai. 2011, p. 1, 3 e 4

municação generalizada (Administração, Antropologia, Artes, Ciência Política, Ciência da Informação, Comunicação Social, Direito, Educação, Ecologia, Economia, Filosofia, Geografia, História, Informática, Letras, Medicina Legal, Psicologia ou Sociologia). Isto para não falar no peso das Ciências Exatas e das Tecnologias. Nestas sociedades, a comunicação se generaliza pela possibilidade tecnológica e informativa de construir uma sociedade transparente, o quê se chocou com a insurgência do mundo plural, de comunidades que reivindicam seu lugar, sua identidade e sua história.

As Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas e a Comunicação narram o mundo, contam a experiência de vida do ser humano e essa narrativa é objetiva, porque *representa* o mundo e *representa*, também, a experiência humana. A representação é imagem e, portanto, um objeto [18]. Essa representação (narrativa e fabulação) é a *produção de sistemas simbólicos* e é o lugar da *produção de sistemas simbólicos. O*s docentes participam desta narrativa, desta fabulação, desta objetivação do mundo, do *nosso* mundo. Estes sistemas simbólicos são narrativas que revelam seus pressupostos, que procuram explicitar seu contexto histórico – e, portanto, procuram explicitar o seu caráter provisório. Uma coisa é o mundo *natural* e outra coisa é o modo de relacionar-se com o real, com o *natural*, de nomeá-lo, de representá-lo e de transformá-lo em *mundo natural humano.* Essa representação (configuração, narrativa) se apresenta de forma mais aguda na e através da *comunicação mediática.* A sociedade contemporânea – ocidental – se depara com o esgotamento do modelo de macro-projeção e de planejamento modernizador. E está diante do desafio de como harmonizar o status universal *abstrato* da cidadania, com as reivindicações de cidadãos de etnias e de classes sociais muito diferentes, de homens e de mulheres com diverso acesso a a direitos, benefícios e oportunidades e de gays e de lésbicas em incessante luta pelo reconhecimento da própria humanidade, identidade e direito à pública manifestação do afeto. Os desafios que se apresentam atualmente para a sociedade estão aparecendo de modo agudo nos jornais. Analisar esses desafios e conflitos aparentes (que aparecem) tornase oportuno, já que eles começam a atravessar as salas e os corredores das escolas e se apresentando como questões para os docentes, principalmente no campo das humanidades.

2.1. Discriminação, mídia e conjuntura.

A Comunicação (mídia) e Ciências Humanas, ao narrarem o mundo e as sociedades, apresentam um caráter libertador quando mostram que o mundo não é unitário, nem é tão *certo*, nem tão *tranquilizador*. Neste sentido, o saber produzido – quer pelas Ciências Humanas, quer pela mídia e, sobretudo, pelo jornalismo – é uma representação do mundo, do real, uma representação da experiência de vida. A representação é mapa. A mídia produz, também, mapas, representações das sociedades e, dentro delas, os mapas das etnias, das classes sociais, das mulheres e dos homens e dos segmentos com vária condição humana (criança, adolescente, adultos idosos, pessoas com necessidades especiais). Como as Ciências Humanas, a mídia – especialmente nos campos do Jornalismo e da Pu-

[17] Filho de Márcio Braga é agredido em Ipanema. Adolescente de 14 anos e amigo foram atacados por grupo de jovens que seriam alunos de escola particular da região. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 jun. 2011, p. 16.

[18] VATTIMO, 1992. p. 32, HEIDEGGER, 1960, p. 67-98 e HEIDEGGER, 2000

blicidade - pode ter um caráter libertador, pela pluralidade de culturas e de experiências humanas que ela tende a expressar. (VATTIMO,1992 e FRANCISCO, 2000).

A crítica pessimista dos *mass media* é fundada nos preconceitos criados por liberais e conservadores, a partir do iluminismo e a catástrofe que deveria ser gerada pela comunicação massiva jamais se confirmou. A mídia ajudou a criar e a sustentar ditaduras. Mas, a mídia contribuiu, também, para multiplicar as visões de mundo, ajudando no processo de irrupção do colonizado, do imigrante, do trabalhador, da mulher, do negro e do asiático, no processo de irrupção da realidade do idoso, das pessoas com necessidades especiais, da realidade da criança e do jovem, além da insurgência do gay e ou da lésbica.

Nas sociedades de massas, somente a mídia e a informação *mediatizada* pela mídia permitem que os indivíduos tenham acesso aos feitos, aos fatos de seu interesse, mas que são distantes de seu território. E interesse diz que t*odos são parte interessada e ninguém tem isenção.* Essa mediação generalizada traz consigo a explosão das vozes, a heterogeneidade, a pluralidade, em um espaço público virtual que são pelos *mass media* e apesar ou contra todas as tentativas de controle do saber e da informação. Isto significa que os indivíduos estão *mediatizados* em sua e vivência e a relação interindividual é largamente substituída pelo virtual. Deste modo – para além das relações comunitárias e interpessoais – a comunicação institui o real pela mídia (linguagem), ou seja: a mídia estabelece, instrui, forma, educa, ou *institui* o real. A mídia não impõe, simplesmente, interpretações de fatos. A mídia é obrigada a considerar o grau de significação social do fato noticiável, a conjuntura sócio-histórica do fato, o poder enunciativo dos atores sociais envolvidos no fato, a competência *produtiva* da própria mídia, o grau de independência do jornalista e o saber arquivado sobre o fato, além da avaliação crítica dos receptores/narratários. A mídia é campo de disputa (por seleções, escolhas, supressões) para a expressão dos *interesses* dos *interessados* (FRANCISCO, 2000, p. 71).

A mídia, como espaço público mediático, é disputada por todos que necessitam de noticiar e legitimar suas reivindicações (e seus desejos). Em resumo: estão nessa disputa (desigual) os capitalistas e, também, os trabalhadores, os sem-terra, os sem-teto, as mulheres e os homossexuais, os portadores de necessidades especiais, as crianças, os adolescentes e os idosos e, claro, estão nessa disputa os negros, os índios e outras minorias étnicas. Trata-se da disputa pelo que pode ser escrito ou mostrado e o que pode *dar-se a conhecer* pela *mídia* constitui o que pode ser objetivado ou representado.

O mapa da realidade (carências, reivindicações ou desejos) de cada ator social depende de sua força política. E mais: a representação (o mapa) será delimitada a campos de conhecimento *comunicáveis* e, portanto, conhecimento sobre o fazer humano ou ato, movimento e discurso ou declaração [19]. O que pode ser conhecido (e difundido) é delimitado econômica, política e tecnicamente: a mídia é poder de agendar, de dizer, de mostrar, de hierarquizar e de fazer-crer o que é real e irreal. A narrativa é, portanto, um mapa de coisas e ou de causas humanas é fruto de disputas pelo sentido da narração. Em relação às causas hu-

19 Sodré e Ferrari definem a notícia como conhecimento atual e comunicável de assuntos de interesse da comunidade politicamente organizada. Lage afirma a notícia como fragmento de aparência restrito semanticamente ao agir, ao ir-e-vir e ao declarar.. Cf: SODRÉ e FERRARI, 1987, LAGE, 1979 e FRANCISCO, Dalmir. *M = S + SH / K = D ou locução* radiofônica. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1989 (mimeo), 59 p.

manas, o mapa é fruto da disputa entre a ação, o movimento e declarações dos atores sociais e a mídia (incluindo o jornalista) no ato de noticiar e ou de reportar-se ao fato, ao feito.

Beneficiada pela decisão do STF (legalidade de uniões civis estáveis entre homossexuais e legitimidade dessa expressão amorosa), a 15ª Parada Gay, de São Paulo, obteve, na presente conjuntura, uma *cobertura* de jornais impressos e eletrônicos altamente objetivada. Nos jornais, em televisões e na internet contou-se o que foi o movimento, seus intentos, participantes, conflitos – inclusive entre religiosos que afirmam a humanidade de gays e de lésbicas e de expressarem essa humanidade publicamente, além de skinheads que participaram da parada, em nome da *Ação Antifacista* [20]. O peso do STF, ao reconhecer a legalidade das uniões civis estáveis entre pessoas do mesmo sexo obrigou os jornais a publicar com máxima objetividade o que a Suprema Corte decidiu [21]. O mapa, a narrativa do movimento (fato) da Parada Gay e sobre a decisão do STF foram maximamente objetivadas.

Em conjuntura diferente, o mapa ou a narrativa do mesmo movimento de gays e de lésbicas, foi diverso. A 10º Parada Gay de Belo Horizonte, em 22 de junho de 2007, teve a sua realização atrasada em 2 horas, pelo Corpo de Bombeiros, que apresentou, de última hora, exigências legais (segurança e assistência à saúde para o público) frente à Prefeitura de Belo Horizonte e as ONGs que organizaram o evento. O jornal *Hoje em Dia* anunciou que *Parada Gay sai depois de impasse*, manchete precedida pela seguinte chamada: ***Sem Brilho.*** *Festa foi marcada por indecisão e insegurança; dois homens foram baleados por sargento da PM* [22]. De modo diferente, o *Diário da Tarde* de 23/07/2007 celebra a Parada Gay com a manchete *Sob as cores do arco-íris* e o subtítulo - *Sessenta mil pessoas invadem a Afonso Pena* [23]. O *Hoje em Dia* afirmou que a Parada Gay não teve brilho, que foi insegura e que teve dois homens baleados ("*incidente ocorrido por volta das 15 horas também colocou em xeque a segurança do encontro, quando suas pessoas teriam sido baleadas nas pernas pelo sargento Ávila, da 6ª Companhia da PM, durante uma abordagem na Praça 7*"), o *Diário da Tarde* (extinto ***DT***) informou que a parada teve atraso causado pelo Corpo de Bombeiros e pela Prefeitura de Belo Horizonte. Mais: o ***DT*** informou, também, que o evento foi *tranquilo*, que os gays manifestaram o desejo de "*aceitação do afeto para os homossexuais*" e pediram o fim do preconceito contra os gays. O ***DT*** conta, ainda, que o "*tema da passeata foi 'abaixo o machismo, o racismo e a homofobia'* - e que o evento não teria tido "*ocorrências graves*". *O jornal deixa* claro que, fora da Parada Gay, o único problema "*foi causado por uma perseguição da PM a dois homens numa moto roubada*", havendo troca de tiros entre estes e os policiais. O *Hoje em Dia* distorce os fatos. O ***DT*** associa as manifestações

[20] Parada LGBT investe no amor ao próximo. *O Tempo*, Belo Horizonte, 128 jun. 2011, Magazine, p. M5. Garoa na parada. Mesmo com chuva persistente. Multidão seguiu a 15ª parada do Orgulho LGBT animada por trios elétricos; PM registrou poucos incidente. *Folha de São Paulo.* São Paulo, 27 jun, 2011. Cotidiano, p. C4. Multidão contra a homofobia. Com público estimado em 4 milhões de pessoas, Parada Gay de São Paulo teve arrastões e até santos em campanha pelo uso de camisinha. *O Globo,* Rio de Janeiro, 27 jun. 2011, p.9. *GALHARDO, Ricardo.* Parada Gay lota Av. Paulista e cobra lei anti-homofobia. Evento foi marcado por reivindicações pela aprovação do projeto de lei que criminaliza o preconceito contra homossexuais". *iG São Paulo. São Paulo, 29 jun. 2011. Disponível em: <www.ig.com.br>. Acesso em: 29 jun 2011.*

[21] O órgão sexual é um plus – Relator do STF vota a favor do reconhecimento legal da união dos casais gays. *O Globo.* Rio de Janeiro, 5 jun. 2011, p. 3. Supremo garante a casais gays todos os direitos civis. Homossexuais comemoram e pedem agora a criminalização da homofobia. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 jun. 2011, p. 1.

[22] *Hoje em Dia.* Belo Horizonte, 23 jul 2007. Caderno Minas, p. 4.

[23] *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, 23 jul 2007. Caderno Cidades, p. 3.

do orgulho gay com a inexistência de *ocorrências graves* e com noticiário policial.

Em outra notícia, parece, celebra-se o dia do orgulho gay, de São Paulo, em 2008 – o mais concorrido evento LGBT do Brasil. Na reportagem do Caderno Cotidiano do jornal *Folha de São Paulo* [24], o título é revelador do pensamento que discrimina o outro, em um jogo linguageiro pretensamente crítico: *Parada gay perde em glitter e ganha em diversidade*. O subtítulo anuncia que a parada contou com menos go-go boys, drag queens e fantasias e que até a decoração foi mais pobre. A *Folha de São Paulo* aponta a pobreza como índice de popularização. No corpo da matéria, a discriminação é flagrante: "*No trio da Visibilidade Lésbica, lotado de mulheres, a maioria com latinha de cerveja na mão, tocava o hino dos alcoólatras "Eu bebo, sim...*".

As marcas da discriminação são fortes: o carro da *Visibilidade lésbica, lotado de mulheres*: o jornal queria que o *carro* de *lésbicas* estivesse lotado de quê? Seguem os detalhes: a maioria das mulheres tinha lata de *cerveja na mão* (e cerveja na mão, em público, será coisa de macho?) e cantava *o hino dos alcoólatras*. E se alguma dúvida restasse da cobertura distorcida e eivada de preconceito, veja-se o remate da matéria:

> "*Apesar de 20 furtos registrados pela polícia, a festa foi até comportada. Uns beijinhos gays aqui e outros ali, a temperatura só subiu mesmo quando surgiram dois travestis de peitos de fora, diante do cemitério da Consolação. Uma gritaria. Mas quem vibrou foi um grupo de 15 jovens lésbicas, que fizeram questão de posar para fotos abraçadas aos implantes de silicone*".

Os *beijinhos gays* e o abraço das *15 jovens lésbicas aos implantes de silicone* são duas expressões chaves para explicar a violência do discurso discriminador. Para os redatores, ao que parece, preconceituosos, não existe afeto possível entre gays, daí o uso do diminutivo *beijinhos gays*, que não é tratamento *carinhoso*, mas modo de rebaixar, hierarquizando, o outro tornado *individuozinho gay*. Para os redatores não existe, também, afeto e expressão afetuosa da mulher para a mulher, daí o abraço das jovens lésbicas - não ao travesti, não às *drag queens* que transcriam, significam e ou homenageiam a mulher -, mas aos *implantes de silicone*. É indisfarçável o esforço dos redatores para transformar a homenagem de lésbicas, durante a Parada Gay paulista, à mulher (celebração feminina do signo feminino - do seio ou do *peito*) em *atentado público ao pudor*. E é capital a marcação: as demonstrações públicas de afeto lésbico e ou gay estão situadas na parte da matéria que trata das ocorrências policiais: gays e lésbicas seriam, na visão dos jornalistas, caso de polícia?

Ora, o que os jornalistas e os jornais fazem – ao ocultar, silenciar, e sobrepor o discurso da ordem (racista, classista, machista e homofóbico) sobre a realidade marcada pela diversidade é buscar ocultar, do leitor, o esforço de exercer a cidadania por parte da mulher e do homem pobres, da negra e do negro, do gay e da lésbica. A cidadã Sirlei Dias de Carvalho Pinto reclama a cidadania plena – todos são iguais perante a lei e todos possuem o direito constitucional e legal de ir e vir e de não ser ofendido física e moralmente;

[24] CAPRIGLIONE, Laura e OLIVEIRA Roberto de. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 mai 2008. Cotidiano, p. C1.Cotidiano, p. C1.

o cidadão gay tem o direito de manifestar, de público, sua identidade (a lésbica que quer ser fotografada ao lado de *peitos de silicone* e o gay que mistura sua masculinidade com *traços do feminino*); as manifestações públicas de afeto e a publicidade da própria imagem (com ou sem *lata de cerveja na mão*, com ou sem *glitter* ou purpurina) são práticas efetivas e que tendem a ser efetivações da cidadania de homens e de mulheres, de negras e de negros, de gays e de lésbicas. Numa palavra: são manifestações políticas.

Eis como a mídia, em conjuntura conservadora e favorável ao racismo, à discriminação de classe, à subalternidade da mulher e à homofobia, pode eclipsar e negar a humanidade do outro, dos outros. Aqui, a mídia reafirma e busca impor como *natural* a hierarquia racial do branco em relação aos não-brancos, do homem em relação à mulher e do heterossexual em relação ao homossexual. O jornal e o jornalista são, aqui e nestas condições, agentes que reiteram a opressão racial e de classe, o machismo e a subalternização da mulher, a discriminação e criminalização de homossexuais. Em uma conjuntura desfavorável ao ator social, historicamente subalternizado, a narrativa jornalística cria um mapa, uma configuração e propõe outra leitura do real: o *não-fato* recobrindo o *feito* (factum) pelo uso de fragmentos dos feitos, dos fatos para subalternizar ou negar a humanidade do ator social em sua manifestação política.

3) Discriminados, corpo, política e a docência.

No Brasil, não há racismo legalizado. Mas, existe a institucionalização do racismo, através da ideia de democracia racial que dificulta e tenta impedir a ascensão social (mobilidade) de negros, de mestiços descendentes de negros e de não-brancos em geral. Da mesma forma, a subalternização da mulher não é admitida nem na constituição, nem – de rigor – nas leis. Porém, a subalternidade da mulher é preconizada por segmentos religiosos de tradição cristã e não-cristãos e pela violência dos parceiros. Não há amparo legal e institucional eficiente e suficiente para a defesa da mulher. Também não há, na Legislação brasileira, nenhuma condenação do amor e da expressão amorosa entre pessoas do mesmo sexo – e, pelo contrário, se fossem aplicadas, as leis protegeriam o ser humano e a cidadania de lésbicas, de gays, de bissexuais, de travestis, de transformistas e de transgêneros. A opressão racial (inerentemente de classe), de gênero e por orientação sexual - é *fundamentada* em presunção de superioridade biológica de uns sobre as outras e os outros. Essa constatação não precisa ser comentada em relação ao negro brasileiro. No caso da mulher, no Ocidente, é possível resumir a presunção de inferioridade biológica da mulher, lembrando que a mulher foi considerada *não-sexo* (ou sexo masculino pervertido), da Grécia até a Revolução Francesa, quando a mulher, por decreto, foi transformada em Segundo Sexo, para viabilizar a igualdade, a liberdade e a fraternidade entre todos. Somente nos anos de 1960 é que a mulher pode histórica e politicamente afirmar-se sexo humano feminino (a descoberta da pílula anticoncepcional está diretamente implicada neste processo). Em relação aos homossexuais, a presunção da superioridade do homem parece ser *atacada* por uma dupla *subversão*: o gay não exerceria a função masculina que se realizaria em *possuir* (real ou poten-

cialmente) a mulher e, mais grave, por procurar um parceiro *igual*. No caso das lésbicas, a *subversão* é igualmente dupla: não se submete ao homem, procura uma parceira e igual. Há, portanto, uma suposta competição com o homem e também suposto *destronamento* do macho-sexo-rei). A ideia subjacente à opressão de raça, de classe, de gênero e de sexo tem, como *fundamento*, a presumida dimensão biológica que determinaria que nasceu ou teria nascido para mandar e quem nasceu ou teria nascido para obedecer, o *predestinado* para ser dominante e *condenado* para ser dominado (destinação). Essas ideias e manifestações raciais e classistas, machista e sexista em relação à mulher e as tentativas de asfixia ética, moral e física de gays e de lésbicas indicam um quadro comum. A todos são negados, em graus variados, uma origem histórica (ainda que rizomática) de sua humanidade e de sua identidade (ambas, por serem históricas, são mutáveis e mutantes). Negada a humanidade histórica em termos étnicos (falo, aqui, do negro brasileiro), de gênero (da mulher e, *também* do homem) e negado o caráter histórico da disposição afetiva heterossexual e ou homossexual, apela-se para uma *natural inferioridade* de negros, de classes subalternas, da mulher e dos homossexuais.

É essa *natural inferioridade* que tentamos resumir no Quadro II, ao lado, a partir do confronto entre a diversidade humana cuja expressão testemunhamos e a narrativa ssobre essa diversidade (o mapa) que a mídia constrói e difunde. Essa análise indica que a produção simbólica, mediática, contextualizada em uma sociedade racista e classista, heterossexual e homofóbica tem, nessas formas de discriminação, modos de ver e de fazer ou produzir narrativas / acontecimentos (referência para narrar, contar, criar a imagem) que tendem a objetivar o outro. Porém, o outro que se apresenta com suas reivindicações e seus desejos (exercício da cidadania), é representado e é interditado, nesse mediático esforço de *objetivação,* como o *não-ser*, como um não-cidadão ou como cidadão de segunda classe. O outro é o que pode aparecer (*fragmento de aparência*), como ser que a narrativa jornalística pode tornar invisível, apresentá-lo como ser sem história, como ser socialmente isolado e ou como ser sem voz, sem direitos legais e direitos humanos (e as ciências humanas, ciências sociais e ciências sociais aplicadas não escapam disso). E como foi visto, as ações e as narrativas precisam considerar a significação social do fato, a conjuntura sócio-histórica do fato, o poder de *fala* dos atores sociais envolvidos no fato, competência *nar-*

Quadro II - Formas da discriminação racial, étnica, de classe, de gênero e de sexo
1 - Negação da história e da historicidade humana (de etnias, classes, gênero, sexo).
2 - Naturalização da discriminação étnica, de classe, de gênero e de sexo.
3 - Esforço para tornar invisível o negro, a classe subalterna, a mulher, o gay e a lésbica.
3.1 - Ação política para isolar socialmente o negro, a classe subalterna, a mulher, gay e lésbica.
3.2 - Ação política para calar socialmente o negro, a classe subalterna, a mulher, o gay e a lésbica.
3.3 - Ação política para negar direitos ao negro, a classe subalterna, à mulher, ao gay e à lésbica.
3.4 - Ação política para marginalizar e criminalizar o rebelde e recalcitrante (raça, classe, gênero e sexo).

rativa da própria mídia, a independência do jornalista e a avaliação crítica dos receptores/narratários sobre o que é narrado. Essa narrativa – que em larga medida mediatiza e realiza o poder político - podem manter a opressão e, também, podem ter um papel libertador, na medida em que pode mostrar um mundo efetivamente histórico, posto que é fruto da obra humana, e cultural, pois decorre dos modos de relacionar-se com o real que cada povo desenvolve (disposição para vida e para viver de etnias, *ethos* e ética). Neste sentido, a narrativa mediática, com destaque para o jornalismo, atinge as possibilidades de conhecimento ou capacidade cognitiva (razão) do leitor, do indivíduo e da sociedade. A produção do conhecimento sobre a sociedade repousa em certo saber ou competência para contar os feitos, os fatos, torná-los acontecimentos. Em consequência, a mídia escreve sobre os feitos, os fatos (e a história), referenciada no cotidiano tecido pelos indivíduos. Mas a mídia valoriza *arquivos* (memória) e se silencia sobre outros. A mídia estabelece continuidades ou descontinuidades, a mídia recorta fatos (factum) ou faz falar certos documentos, recorta fatos (factum) ou faz falar certos testemunhos, ou silencia testemunhos e ou oculta / suprime certos documentos. Fatos, documentos e testemunhos são referências que permitem falar e ou permitem silenciar sobre si mesmo sobre o outro.

A memória não se confunde com lembrança. O docente (ser da *documentação* e da *memória*), mais do que nunca, precisa se fortalecer na memória, de embeber-se do canto das musas para encorajar, para se impulsionar, para com cuidado e preocupação, manter o *ofício* de ensinar (educar, *ex-ducere*) o parceiro discente que cresceu e floresce no mundo de demarcada diversidade.

O descentramento, a pluralidade, o equívoco no lugar do unívoco, a explosão de vozes são o canto, o furor e de vigor das musas contemporâneas ou pós-modernas. Essa explosão de vozes, essa liberação de energias estão desnorteando as mídias (nunca os jornais tradicionais venderam tão pouco!). Mas, a mídia desdobra-se em miríades de produções e de produtos, pela informática e mostra, quando em vez, o poder terrível da *massiva massificação* – como foi possível constatar com a disputa entre Dilma Roussef e José Serra em 2010, no Brasil. Estamos vendo, hoje, a luta aberta e *descentrada* de etnias por sua etnicidade, a luta do negro pela sua negritude, da mulher pela sua *mulheridade*, o homem que busca uma nova *ombridade*, de pobre e de *remediados* pela sua dignidade e de seres humanos de vária disposição afetiva e sexual pela sua identidade. Não é coincidência que a *marcha das vadias* (mulheres afirmando o seu *corporificado* ser) tenha se encontrado com parceiros: famílias, homens inconformados com uma *opressiva ombridade*, ou com parceiros da *marcha da liberdade* (o *barato* como lenitivo para o homem largado no mundo cada vez mais infinito e angustiante). E cabe, aqui, chamar a atenção sobre um aspecto que a política dos novos atores sociais (e, mesmo comunitários) estão desenvolvendo e apresentando.

Somos nós, os docentes, herdeiros do iluminismo, que nos empurra para racionalismo e a repressão de toda nossa capacidade de sentir, de nossas emoções. No Ocidente, especialmente na sociedade capitalista, a razão não está inteiramente a nosso favor. Em larga medida, a razão é cal-

culista, criticista, negativa. Essa negatividade repousa em uma longa tradição de pensamento pela qual o homem torna-se *referência* do real, homem-racional-referência que é, ele mesmo, o ser que *discrimina*, *organiza* o que é múltipolo e é diverso, promovendo pela razão objetivista, uma convergência do que é e está disperso e é divergente [25]. Essa razão calculista mobiliza todas as energias e coloca o corpo como ferramenta, corpo como máquina a serviço do empreendimento, com sacrifício do próprio corpo, das emoções, do pensamento (posto em uma única dimensão) e sacrifício do desenvolvimento espiritual. Somos racionalmente duríssimos em relação aos outros e pior ainda, em relação a nós mesmos. Nós, em enorme maioria, temos nossas emoções *congeladas* na pré-adolescência. Nossa geração cresceu associando o brincar, o lazer, o fruir a vida à vadiagem, ao inútil, ao vazio. Poucos escaparam da repressão à descoberta lúdica do corpo (especialmente as mulheres).

Nossa razão crítica e autocrítica está mais preparada para o que Bob Hoffman chamou de *amor negativo* (que nega a nós mesmos, que nos vigia, que nos castiga e que nos limita). No Ocidente, a crítica e busca de superação do racionalismo e sua inerente negatividade (*não* à integridade do ser humano) tem encontrado amparo nos campos da Filosofia e da Psicologia. Um desses esforços de enfrentamento do racionalismo *negativo* está na experiência internacional do *processo Hoffman de quadrinidade* – modo de levar o ser humano a enfrentar, intensivamente, o *racionalismo* e o destroçar *irracional* do corpo, das emoções e do espírito – sopro de vida, pulsão e *garra* de viver [26].

O pensamento científico/tecnológico, contemporâneo é *saber-fazer*, impulsionado pela *ética da eficiência* e da *eficácia* em busca do *novo* e da *novidade*. Esse racionalismo está sob crítica por muitas tradições culturais. Esse pensamento (Marcuse o denominou *unidimensional* [27]) não admite o homem comum. Os homens e mulheres, pobre ou rico, branco ou negro, heterossexual ou homossexual são e significam o *homem comum*. Sobre estes, nosso pensar racionalista-negativista e repressivo lança todas as *pragas:* são o *demoi* (povinho) que não *pensa*, mas reproduz o senso comum, a opinião, a mesquinhez das paixões, alienação dos que superabundam a redes comunicacionais com a pletora de reivindicações ligados à vida e ao viver: briga-se, no mundo inteiro, pelo direito de sobreviver (emprego e renda); briga-se no mundo inteiro contra o racismo e o etnocentrismo; briga-se pelo direito de ter o próprio corpo e de expressar livre, legítima e legalmente o afeto, o *puro amor* (expressão gay) que não se compromete *forçadamente* nem com a procriação, nem com a constituição *imediata* de família [28]. O homem comum é ser da *vida*, pois só tem a vida, o cotidiano, e tudo enfrenta sem apelo a *valores universais* (*única versão* imposta pelo pensar racionalista, *objetivista*). O homem comum enfrenta a verdade, a justiça (ou a falta dela), o real e ou o virtual. O homem comum é corpo e é corpóreo. E amboas, homem comum é renegado, excomungado e expulso do *mundo* do pensamento ocidental. A excomunhão do homem comum implica na negação do seu corpo, pois o corpo *deveria ser* instrumento o ferramenta da cabeça do homem pensante. O corpo, o lúdico, o sonho são podados, brutalizados e *condenados* a obedecer à razão útil. E nós, treinados para não sentir, nem ver o próprio corpo, dificilmente vemos o

25 D'AMARAL, M. T. O vigor da cultura comunicacional: o paradoxo contemporâneo, 1996, p..7-26 e D'AMARAL. 2004.

26 HOFFMAN, 1993. O Processo Hoffman da Quadrinidade existe há 42 anos, em 14 países Alemanha, Argentina, Austrália, Bahrain, Brasil (há mais de 30 anos), Canadá, Estados Unidos (presente há 4 anos na Harvard University), França, Irlanda, Itália, Reino Unido, Singapura, Espanha, Suiça. Ver: LAURENCE, Tim. *Você pode mudar a sua vida com o Processo Hoffman da Quadrinidade* – Rio de Janeiro: Nova Era, 2005. HELENA, Mirtes. Entrevista Jaime Maciel Bertolino – mudança da água para o vinho. *Hoje em Dia*. Belo Horizonte, 12 jan 2001, p. 12. Fazendo as Pazes com a Sua História. *O Tempo*, Belo Horizonte, 1 dez 2009, Magazine, M5. O Futuro... Começa agora! *Jornal Belvedere*. Belo Horizonte, 25 jul 2010, p. 13. Consultar: www.institutohoffman.com.br.

25 MARCUSE, 1979; ____, 1981.

corpo do outro.

Os jovens, ainda que submetidos a essa mesma repressão, reagem ao fazer política com o corpo, modo de corporificar a política, manifesto público de *sentir-pensar-agir* corporalmente. Chamavam a atenção do mundo todo, as manifestações políticas dos negros da África do Sul, que protestando contra o racismo da minoria branca, cantavam e dançavam, em coreografias pelas quais o corpo expressava o *sentir-pensar-agir* contra a irracionalidade e a brutalidade do racismo. Os gays e as lésbicas – desde a década de 1970 – fazem política contra a repressão ocupando as ruas com *roupas-que-mostram-o-corpo*, com maquiagem, com adereços (brincos e colares), com demonstrações públicas do afeto (beijaços). Eles são e se afirmam gays e lésbicas de corpo e alma (razão+sensibilidade). A *marcha das vadias* é movimento pelo qual as mulheres se apresentam com *cabeça-e-corpo-visível* de mulher que quer curtir a vida que flui por todo o corpo, incluindo a expressão sensível do sexo e do potencial afetivo (daí, o visual de *vagabunda,* visual que chamo aqui de *algo daspu*). Os jovens homens, heterossexuais, *saram* e enfeitam alegremente corpo, o visual: o ser-homem pode ir além da força física e o sexo masculino, o pênis, é mais que a *vara do demônio*, é mais que um *instrumento perfuro-contundente*. O sexo (feminino e masculino) integra o corpo inteiro e é (como prolatou o juiz em *lapidar* sentença), um *plus*, um *regalo*, fonte de vida e uma das fontes corporais e espirituais de prazer e de alegria. A política de defesa do direito humano à vida apresenta-se corporificada e esta é uma lição politizadora que nos chega das manifestações das chamadas *minorias*. Uma política de diversos, da diversidade, mas que *descobre* traços comuns, possibilitando a *união* – o enlace que depende de condições para continuar *enlaçado*, A união que difere da unidade, A unidade necessariamente apaga o diverso e implanta o indiferenciado: *é o uno*. E o que promove *alinhava* a união?

Das redes sociais às ruas, um fio se oferece, de novo, para tecer a textura de um presente melhor (possivelmente) e, quem sabe, de algum *virtuoso* porvir. Eis a política. Ei-la na purpurina do gay, na fantástica fantasia do travesti ou do transformista, eis a política no *carro da visibilidade lésbica*, no corpo e nas *peles das vadias*, no canto e na dança do funk, do hip-hop e, ainda, do samba dos *afros-e-brasileiros*. Eis a política no corpo do jovem heterossexual *sarado* e *enfeitado*. A diversidade e a política de concreta afirmação *das diversidades* são os cantos das musas que respiram vida, recusam a desesperança e o sufoco. É verdade que estamos irremediavelmente *midiatizados*. Mas a docência requer e só se *realiza* com o discente. Aprender e ensinar exige o corpo-a-corpo, mesmo que virtual (com mestres, *através* da leitura ou no processo de educação à distância *via* internet). Aceitar a diversidade de ser, de se alocar e se deslocar na pluralidade é o nosso desafio. Estamos diante do *nosso* mundo e sem referências (não nos *socorre* a verdade, nem o sujeito iluminado, nem a certeza do espaço e do tempo – dimensões humanamente criadas). Nesse *nosso* mundo, descentrado, diverso, múltiplo e *equívoco*, aprender e ensinar mais do que antes, requer de nós, docentes, cuidado - e amorosa preocupação.

28 Urge lembrar C. Drumond de Andrade: *Que pode uma criatura senão, / entre criaturas, amar? / amar e esquecer, / amar e malamar, / amar, desamar, amar? / sempre, e até de olhos vidrados, mar? / Que pode, pergunto, o ser amoroso,/ sozinho, em rotação universal, senão / rodar também, e amar?*

Referências

ALSINA, M. R. *La construcción de la noticia.* Barcelona: 1993 (81- 112).
ARISTÓTELES. *Metafisica; Ética a Nicômaco; Poética.* São Paulo: Abril Cultural, 1984.
D'AMARAL, Márcio Tavares.. In: ___ (Org). *Contemporaneidade e novas tecologias.* Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996._____. *Comunicação e diferença* – uma filosofia de guerra para uso dos homens comuns. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.
FRANCISCO, Dalmir. *Imprensa e racismo no Brasil (1988 / 1998):* a construção mediática do negro na imprensa escrita brasileira. ECO / UFRJ, 2000 (Tese – 280 p. e il.).
_____ *Negro, afirmação política e hegemonia burguesa no Brasil.* Belo Horizonte: UFMG 1992 (Dissertação – 418 p. e il.).
FRIEDMAN, David M. *Uma mente própria* – a história cultural do pênis. Rio de janeiro: Objetiva, 2002.
HEIDEGGER, M. *Conferências e escritos filosóficos.* Petrópolis: Vozes, 2000.
_____ *Heráclito.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
_____*Sendas perdidas.* Buenos Aires: Ed. Lousada, 1960.
HOFFMAN, Bob. *O Desvendar do Amor.* São Paulo: Cultrix, 1993.
LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia.* Petrópolis: Vozes, 1979.
MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial.* Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
_____*Eros e civilização.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
PAIVA, Raquel e BARBALHO, a. (Org.). *Comunicação e cultura das minorias.* São Paulo: Paulus, 2005.
SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros* – identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.
SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria H.. *Técnica de Redação.* Rio de Janeiro: F. Alves, 1987.
TANNAHILL, Reay. *O sexo na história.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
VÁTTIMO, Gianni. *A sociedade transparente.* Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

Beatriz Couto



Simone Ribeiro

AVALIANDO A AVALIAÇÃO: O PRODUTIVISMO COMO POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INFERÊNCIA DA QUALIDADE DE TRABALHOS CIENTÍFICOS

Beatriz Couto é professora titular do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG. Foi presidente da Apubh na gestão 1999/2001.



Dedicado à professora aposentada doutora Maria das Graças Ferreira, que nunca cedeu.

A difícil tarefa de avaliar e financiar a pesquisa se apoia tanto no plano internacional quanto no Brasil em indicadores produtivistas. Tais indicadores, amplamente aceitos pelas universidades brasileiras, atingiram este patamar de alta legitimidade como critério de avaliação nos últimos 30 anos e, desde então, têm sido desenvolvidos, aplicados e objeto de contínuas alterações *ad hoc* pelos órgãos de fomento. Com forte impacto nas práticas de publicação, sua consideração exige discutir os efeitos que têm acarretado na qualidade do trabalho de pesquisa. A experiência brasileira é aqui considerada dentro do processo da reestruturação internacional do trabalho intelectual pela via de sua coletivização, em curso desde os primórdios do século XX e hegemonizada a partir da 2ª Guerra. Adota-se como referencial para interpretação do cenário decorrente os autores Solla PRICE e KUHN, entendidos como tendo produzido as contribuições fundantes e centrais em que se apoia a formulação da política científica hoje. Como referência do modo clássico de produção prevalente até meados do século XX, adota-se WEBER que também discutiu as práticas científicas de seu tempo. Este tema adquire especial relevância frente à proposta que visa a melhorar a qualidade da pesquisa no Brasil, ombreando-a com a produzida nos melhores centros mundiais.

Desde a década de 1980 na universidade brasileira, mas pelo menos desde a década de 1960 em universidades americanas, observa-se uma pressão institucional permanente e crescente para que os pesquisadores aumentem suas publicações de resultados de pesquisa. É notório, e dispensa comprovação, o sucesso desta política se medido pela média resultante de artigos publicados por pesquisador, conforme tem sido divulgado regularmente pelas próprias instituições ligadas à pesquisa e alardeado até na grande imprensa. No entanto, o impacto do processo baseado em indicadores quantitativos que pretendem aferir indiretamente a qualidade dos trabalhos produzidos permanece como uma questão que, surpreendentemente, parece não receber a crítica devida por parte dos órgãos que o instauraram, exceto nos termos empiricistas das sempre renovadas tentativas de seu refinamento *ad hoc*. Tais tentativas não questionam os pressupostos e sequer superam as consequências deletérias deste processo de avaliação, como se pode depreender da própria alteração permanente dos critérios de julgamento. Para encaminhar a discussão neste sentido, pretende-se aqui retomar os primórdios de sua formulação conceitual com o objetivo de identificar as falhas sistemáticas que observamos.

Pensado explicitamente em sua origem como uma forma de hierarquizar equipes de pesquisa visando a distinguir a elite intelectual dos PhD sem brilhantismos (PRICE, 1965), o incentivo à produtividade apresenta-se, não obstante, para o senso comum douto como auto-evidente para a adequada e eficiente distribuição e uso dos recursos públicos que promoveria e, portanto, liminarmente justificado.

Pesa também em sua defesa a constatação pragmática do volume crescente dos trabalhos em julgamento, o que impede a leitura direta dos artigos produzidos pelos candidatos a financiamento para aferir seu potencial e credibilidade. Isto justificaria, portanto, a adoção da produtividade como método indireto de avaliação. Tal argumentação precisa ser discutida no detalhe para se identificar sua validade.

Parte-se nesta análise do princípio de que estão em jogo a visão de longo prazo e a preservação da autonomia universitária e da liberdade acadêmica, critérios que sustentam a trajetória da Universidade desde a Idade Média. A autonomia parece em risco dada a surpreendente omissão das instituições universitárias brasileiras na discussão dos critérios adotados, omissão esta que se baseia na premissa da sua adequação *ex limine* já que elaborados por alguém supostamente competente nas instituições de fomento; a liberdade parece em questão dado o pressuposto de ser correta a hierarquização *ex ante* dos pesquisadores que os indicadores quantitativos promovem, presunção que obriga a adesão aos critérios para participar das avaliações e financiamentos.

Os critérios clássicos de julgamento qualitativo dos trabalhos científicos se cristalizaram no processo de avaliação por pares levado a cabo por inspeção direta dos conceitos e dos métodos adotados bem como dos resultados obtidos pelo autor em cada trabalho examinado, processo este que implica não só o examinando mas também o avaliador, responsabilizado que é pela qualidade de seu julgamento. Tendo conseguido suportar a crítica durante um milênio, recebem parte importante dos créditos pela autonomização dos campos e desenvolvimento da ciência moderna desde o Renascimento e reputadamente resultaram na academia e na pesquisa de qualidade. Este histórico impõe sua justa consideração frente aos processos que adotam a via indireta dos indicadores de produção, mas principalmente obriga a discussão pública dos motivos, bem como de seus efeitos, por quem quer que defenda a forma produtivista pensada nos seus impactos quantitativos e qualitativos. Defende-se neste trabalho que, no Brasil, mas também no exterior, sua adoção conspira contra o objetivo do aumento da qualidade da pesquisa.

A discussão interna à academia da sua validade ou efeitos colaterais esbarra regularmente na esquiva de não ser este o tempo ou o lugar. Se a pertinência dos critérios definidos pelas instituições de fomento é questionada, vem a resposta de que são nossos representantes que lá estão e que decidem, ignorando que tais representantes dificilmente abrem discussão com os supostos represen-

tados para legitimar sua representação. Observa-se também que, se e quando aberta, tal discussão acontece dentro de canais estreitos ocupados pelos já legitimados ou legitimadores internos ao sistema como, por exemplo, as coordenações de pós-graduação. Estas, em outra lógica circular, são também acossadas no cotidiano pelo cumprimento das mesmas normas para obter o reconhecimento seguido pelo necessário financiamento e, desta forma, participam da discussão sob a pressão da performance medida pelos critérios que só podem discutir propondo ajustes *ad hoc* frente ao leite já derramado.

Confrontadas as indicações inequívocas de fraudes que se apoiam na própria lógica da avaliação produtivista cuja discussão já extrapola a comunidade acadêmica para atingir a grande mídia escrita e falada internacional e nacional, a resposta vem na ponta da língua: não há atividade humana perfeita. Situações cada vez mais noticiadas - como por exemplo os desvelamentos ocorridos em 2010, quando se noticiaram clubes de mútua citação aqui e no exterior; ou ainda o *affair* ainda mais gritante entre Sokal e a reputada revista *Social Text*, que publicou em 1996 um artigo imediatamente denunciado pelo próprio autor por seu método Stanislau Ponte Preta em *"O samba do crioulo doido"* - trazem constrangimentos apenas para os diretamente envolvidos. E morre aí a preocupação com o que estaria sendo fraudado com o uso dos parcos recursos públicos, fechando-se o círculo da denegação e racionalização do *status quo*. E, tipicamente, se instaura mais uma rodada de ajustes *ad hoc* aos critérios produtivistas que são corriqueiramente implantados com efeitos retroativos, o que resulta em manter a hierarquia até aqui conquistada pelos grupos hegemônicos, objetivo central do próprio produtivismo como se justificará adiante. Ressalte-se de partida que os novos ajustes, se a experiência prévia nos ilumina, estão destinados a se tornar um novo ponto de ancoragem da perversão do sistema (FREUD, 1981; DOR, 1996). Tal lógica precisa ser entendida e contraposta.

O produtivismo como política baseada na aferição de índices de publicação de artigos começa no pós-guerra e encontra formulação fundante, abrangente e consequente no texto de Solla PRICE (1965) *"Little Science Big Science"*. Seu livro se destacou por pretender, além de entender o funcionamento do campo da pesquisa científica, definir também critérios para a sua organização e financiamento dentro do contexto da percepção pública da mudança de escala tanto no custo quanto no tamanho das equipes depois da Segunda Guerra. Mudança, que o autor indica ter sido, não obstante, paulatina. Tenho defendido que a conceituação correta para o sentido dessa mudança é a subsunção real e formal da capacidade de trabalho de pesquisa instalada (COUTO, 1999; 2003). Não obstante, e independente de enquadre teórico, a mera vivência cotidiana dos pesquisadores atesta o sucesso inequívoco da perspectiva de análise e proposta de Solla Price, o que justifica sua apresentação e crítica neste trabalho.

Depois de uma revisão de literatura

que retoma algum balbucio sobre o tema desde o século XIX e considera contribuições do século XX, Price, físico e historiador da ciência, se sente à vontade para tratar a produção da ciência nos Estados Unidos. Positivismo na descrição do objeto de pesquisa feita por analogia à termodinâmica, estuda a relação quantitativa entre cada cientista e o número de trabalhos que publicou em revistas e compilações biográficas reputadas – critério em que se apoia para dar inicialmente por resolvida a questão da qualidade –, retomando séries seculares de dados.

Definiu como cientista aquele que teria publicado pelo menos um artigo ao longo de uma vida acadêmica. Indica que "uma vida acadêmica" chegava a alcançar nos Estados Unidos à época os 70 anos e durava aproximadamente 45, estimativa sem dúvida alta mas que ele considera pouco afetada pelas taxas de natalidade. O período histórico em que as opções de carreira eram muito mais estáveis do que em nossos dias pode ser aventado a favor de sua hipótese. Analisa curvas de frequência de publicação no século XX usando como referência os índices cumulativos da *Chemical Abstracts*. Lembremos que a primeira edição de seu livro ocorreu em 1963, quando os efeitos revolucionários da mudança na organização do trabalho de pesquisa ocorrida ao longo do século XX no sentido de superar o trabalho individual e adotar o de grupo já se manifestavam com clareza, mas seus efeitos organizacionais ainda estavam na trilha da racionalização, para o que pretendeu colaborar.

Extrapolando as curvas encontradas, Price chegou a prever o fim do autor individual para a década de 1980. Discutiu, e isto é mais relevante, no pormenor as tabelas e equações resultantes de sua base de dados, tendo antes identificado como o autor mais prolífico um matemático do século XIX que se responsabilizou por um total de 995 publicações, o que justifica o valor de 1000 artigos que elegeu para o teto da produção possível em uma vida acadêmica. De seus estudos concluiu que os 25% mais produtivos publicavam pelo menos 15 artigos durante uma vida acadêmica. Observemos que daí decorre uma média de um artigo a cada três anos, valor próximo da produtividade média que encontrou de 3,54 artigos por vida acadêmica no grupo analisado. Mas o autor circunscreve, para fins de sua proposta de política, o corte que secciona o grupo pela metade mais produtiva, adotando como índice de alta produtividade dez artigos por vida acadêmica, o que se reduz a um artigo por quatro anos e meio. PRICE (1965: 45-6) identificou ainda apenas 2% de pesquisadores que produziram na faixa de 50 e até mais de 100 artigos, ou seja, algo como de um a dois artigos por ano, valores que hoje se situam próximo ao índice inferior anual esperado dos pesquisadores no Brasil pelos órgãos de fomento, estipulado, com variações por área de conhecimento, na faixa de um a três artigos. Atualmente, os prolíficos já superam em muito este patamar.

Não obstante, antes de lançar-se ao estudo com o objetivo de daí extrair políticas de administração e finan-

ciamento da ciência, fez advertências importantes. Depois de admitir de partida que a aferição de qualidade por índices de produtividade é uma *"bad scale"* acrescenta:

> "Who dares to balance one paper of Einstein on relativity against even a hundred papers by John Doe, Ph.D, on the elastic constant of various timbers (one to a paper) of the forests of Lower Basutoland?
> The scale is bad if for no other reason than that its existence has moved people to publish merely because this is how they may be judged. [...] We shall also have to enter the caveat that the scale may not be directly applicable to the era of Big Science, which has involved so much collaborative work that one cannot easily determine a man´s score" (PRICE, 1965:40).

Este tema da qualidade de um trabalho específico e do seu impacto sobre todo um dado campo não cessa de se repor, como podemos observar na opinião recentemente expressa pelo neurocientista Miguel Nicolelis sobre a questão:

> "É um grande problema avaliar produção científica da mesma maneira que se avalia produção econômica. Tem gente que publica um único trabalho na vida, mas esse trabalho faz toda a diferença. Nesse sentido, a ciência está muito mais próxima da arte" (NICOLELIS apud LOPES, 2011:6).

Meio século depois do trabalho de Price, o crescimento dos índices de produtividade deve ser atribuído primeiramente à pressão das políticas institucionais de avaliação que os adotaram como norma, o que o autor já presumira que aconteceria, antevendo inclusive alguns de seus efeitos negativos que também se cumpriram, o que se discutirá à frente. Mas decorrem também – e este é o motivo estrutural instrumentalizado pelos órgãos de fomento para promover o produtivismo – da mudança secular na organização do trabalho intelectual baseada em equipes por oposição ao modo baseado no intelectual clássico, conforme já discuti em outros trabalhos, o que, em si e por si, já aumenta a produtividade do trabalho frente a número idêntico de pesquisadores independentes (COUTO, 2003, 1999). Para os objetivos aqui circunscritos importa anotar que o desenvolvimento do trabalho colaborativo e as perspectivas que abriu para o desenvolvimento da ciência foram observados por Price em sua manifestação empírica, ou seja, o autor se empenhou em estabelecer o que chamou de leis empíricas do crescimento exponencial e logístico do número de cientistas e de sua produção, considerando, ao talhe positivista, tais leis como base teórica suficiente. O produtivismo – ele não usa o termo – foi por ele defendido como critério explícito de planejamento da organização hierarquizada – note-se bem o viés político-acadêmico – do trabalho de pesquisa científica.

Não deixa de ser estranho que o grande aumento de publicações observado na atualidade e que é

usado para justificar a avaliação por indicadores não soe por sua vez como um argumento contra o próprio produtivismo, pelo imperativo do darwinismo acadêmico que daí decorre: *"publish or perish"*. Que este aumento não ocorra dentro de critérios de síntese historicamente conquistados pela literatura científica desde o Renascimento é perspectiva anunciada pelo próprio Solla Price na figura de seu anti-herói John Doe, Ph.D sobrecarregado de publicações, de conteúdo honesto e necessário sem dúvida, mas que poderiam com proveito geral ser reduzidas de 100 para uma.

A comparação entre o Doutor João de Tal e Einstein, não obstante, subsiste como um alerta atemporal e parece razoável imaginar que Price, como de resto qualquer cientista responsável, nunca abdicaria deste critério qualitativo. Como crítica da validade de seu método admite, de passagem, o caso possível de grande autor pouco prolífico, relembrando o exemplo emblemático de Mendel, como uma situação que reputa ser de exceção – diferenciando-se aqui da escolha de Nicolelis, por exemplo – para identificar a elite intelectual. Chega a anotar com a devida ênfase que o mérito não necessariamente segue a ordem da produtividade, embora entenda haver forte correlação entre os dois, o que validaria sua proposta.
Percebe-se, portanto, que escapa desta linha de avaliação o raciocínio circular que se instaurou: o produtivismo induz o aumento das publicações, resultado este que, ao final, justifica avaliações feitas através dos indicadores adotados, os quais, por sua peculiar lógica política, resultam em incentivo ao aumento exponencial e – em parte que não pode ser negligenciada, conforme se discutirá à frente – redundante de publicações.

Com o benefício do olhar histórico, ou seja, no sentido inverso da visão prospectiva de Solla Price, KUHN (2007:32), se aproxima do tema da definição do que seja um cientista sob o viés qualitativo. Adota o seguinte princípio de identificação na história do cientista e de sua ciência: *"Qualquer definição do cientista que exclua os membros mais criadores dessas várias escolas excluirá igualmente seus sucessores."* As figuras excepcionais, Mendel, Darwin, Einstein etc permanecem válidas – quem defenderá que estarão extintas daqui para frente? – mas são atualmente recalcadas no discurso ideológico se pouco prolíficos, quando ocorre de os produtivistas se colocarem em situação de defender sua norma de avaliação. Observe-se que os índices tendem na atualidade a excluí-los ou pelo menos diminuir muito suas chances de elaborar a ciência extraordinária que se faça necessária.

Ficam também sem discussão ainda, e isto é especialmente relevante, os efeitos do produtivismo sobre a alteração na qualidade dos trabalhos, dada como resolvida. Estão recalcados na discussão atual os relativos à promoção da hierarquia entre pesquisadores postulada por Solla Price como objetivo auto-evidente, tendência que se observou na década de 1990 na tentativa de implementação dos centros de excelência,

rejeitada pela comunidade acadêmica, mas que ainda busca se implementar sob formas insidiosas. Entende-se que o autor subestimou o alcance das consequências históricas do produtivismo que para ele se resumiriam, na pior das hipóteses, no aumento desnecessário do número de publicações, questão que parece acreditar não viria a se constituir em problema grave. Neste ponto confiou explicitamente na seriedade das publicações e subliminarmente, creio eu, na ética do grupo, mas pode-se considerar sem exageros que pressupôs a força dos métodos e da lógica científicos como rochedos incontornáveis garantidores da manutenção do rumo adequado dos trabalhos. O viés ideológico resultante de sua própria legitimação como elite intelectual também não pode ser descartado. Em nenhum momento ele coloca em questão a pesquisa historicamente assentada na discussão e no trabalho do pesquisador independente, ordem histórica do campo que fica prejudicada com a hierarquização adotada como ponto necessário de partida.

Consideremos que a década de 1980 – quando se legitimou uma ampla política de avaliação do corpo docente das universidades federais sob hegemonia de critérios oriundos da área da pesquisa e, dentro dela, dos relativos a ciências da natureza – pode ser adotada como referência para a consolidação da política produtivista no Brasil. Desde então, as deturpações por ela introduzidas são tais que RODRIGUES (2009), usando os dados da plataforma Lattes, ousou comparar o número médio de trabalhos publicados por ano por um médico detentor de bolsa de produtividadade do CNPq, conforme currículo postado na plataforma (9,6), com o de dois prêmios Nobel na área (2,8 e 1,6) e os resultados numéricos são evidentemente em cabal desfavor dos laureados de 2006 e 2009.

Tais distorções são amplas e, fora a dificuldade já antevista por Price, certamente o teriam horrorizado. A listagem abaixo nem sequer é exaustiva:

> "Com inúmeras exceções, a corrida pelo *currículum* está concentrando as pesquisas nas linhas mais publicáveis em detrimento daquelas de maior necessidade do país. Alguns pesquisadores e professores admitem que concentram seus esforços na redação de várias publicações similares (autoplágio), fatiam suas pesquisas em vários artigos apenas para aumentar o número, participam de clube de autores que multiplica o número de publicações de cada um, editam periódicos veículos das próprias publicações, evitam pesquisas que demandem tempo ou grandes experimentos, abraçam linhas de pesquisa do exterior com maiores facilidades de publicação; evitam publicar na língua portuguesa; evitam publicar em congressos e revistas nacionais; participam da ciranda dos índices de citação e escolhem orientados com maiores chances de publicarem rapidamente" (VIEIRA, 2009:25).

Parece razoável atribuir o fato de

membros da comunidade universitária procurarem a grande imprensa e até a televisão para discutir os efeitos do produtivismo como revelando um efetivo bloqueio de ordem político-institucional da discussão do tema, já que a remissão a grupos externos não é a forma costumeira de a comunidade enfrentar suas dificuldades internas, de fazer as críticas que acha pertinentes e de propor e aguardar procedimentos coerentes. Não é razoável imaginar que tanto este bloqueio como os seus efeitos sejam desconhecidos pelos responsáveis pela implementação de tais políticas, selecionados que foram, como sói acontecer, pela própria lógica produtivista, outro círculo que se auto-alimenta.

Noutros trabalhos desenvolvi longamente a forma e a motivação dos grupos hegemônicos para implementar a mudança estrutural em curso que consiste, como já aludido anteriormente, na superação do trabalho do intelectual clássico pela via da coletivização do trabalho intelectual – trabalho intelectual coletivo, repito, em tese, tanto imprescindível como socialmente desejável – mas que entendo estar sendo conduzida com subsunção real e formal – ou seja, a hierarquia presumida por Price – para garantir a necessária expropriação de mais trabalho e que tem no produtivismo sua ferramenta coercitiva e suporte ideológico mais eficazes (COUTO, 2003, 1999). É neste contexto que se deve entender a *luta selvagem para atingir índices elevados de produtividade como sendo a face manifesta da luta pelo controle da capacidade de trabalho instalada na academia.* Esta se objetiva na direção de grupos hierarquizados de pesquisa defendidos por Solla Price, não se descartando, contra suas expectativas ingênuas, a adoção de procedimentos que não recuam sequer frente a práticas fraudulentas (ARNOLD, 2010).

O peso político-institucional dos órgãos de fomento para legitimar a hierarquização das equipes de pesquisa – ou seja, para promover a subsunção formal nos campos em que a subsunção real não se verifica – se manifesta no critério que desconsidera como produção dos cursos de pós-graduação os artigos de pós-graduandos que não forem também assinadas por seus professores, o que tem promovido a prática observada da co-autoria por pesquisadores cuja participação mereceria, no máximo, um agradecimento em nota de rodapé. A camisa de força do prazo de defesa das dissertações e teses - ou os cursos perdem classificação - também trabalha no sentido de desrespeitar a maturação dos estudantes, força os cursos a aceitar trabalhos pouco desenvolvidos ou a "ajudar" o estudante, práticas que tendem a mediocrizar a próxima geração.

Observe-se que as relações pessoais que decorrem de tais práticas dificilmente se encaminham para o ideal de independência que são o objetivo histórico da formação para a pesquisa, mas podem ser consideradas adequadas para uma relação de produção hierarquizada produtora de mais-valia. Não se há de desconsiderar que esta "divisão do trabalho" entre pesquisadores e órgãos de fomento que assumem a instituição das regras que

promovem e legitimam a hierarquização dos grupos de pesquisa tira da relação face a face baseada na cooperação necessária no chão do laboratório o peso político e o desgaste pessoal de sua implementação e defesa. Esta divisão também tende a selecionar para atuar nos órgãos de avaliação tais terceiros institucionalmente legitimados com as características necessárias para a imposição da violência simbólica exigida.

Thomas KUHN (1970), já citado, é aqui também identificado como o outro físico tornado historiador da ciência que se singularizou por ter produzido conceitos de ampla aceitação entre os pesquisadores. Seu trabalho, *"A estrutura das revoluções científicas"* publicado originalmente em 1962, enveredou por análises que pretendem discernir práticas atemporais de funcionamento do campo. Formulou conceitos e noções tais como revolução científica, ciência normal, ciência extraordinária e, entre todos, a noção de paradigma de inequívoco sucesso. Kuhn é pois relevante dada a imensa aceitação de sua descrição do que seja o funcionamento do campo científico, o que fez, conforme já apontado, pelo ponto de vista de uma análise qualitativa, no que se distingue de Solla Price, que cita seu trabalho. Sua importância só cresce se ele for interpretado, como se faz aqui, como o outro referencial implícito adotado pelas instituições envolvidas com a produção, avaliação e financiamento da pesquisa para o entendimento do funcionamento do campo. A noção de paradigma que cunhou em função de suas pesquisas a respeito das ciências da natureza é de uso frequente em todos os campos: quem viveu há de se lembrar dos anos 1980 em que, nas ciências sociais, tudo era crise dos paradigmas. Kuhn chegou ao limite de ser referência inclusive para os que sequer o conhecem pelo nome e que se utilizam de suas noções da forma como apreendidas no contato face a face no chão dos laboratórios, tendo-se transformado, portanto, no grau zero do senso comum douto. Não obstante sua interpretação, hoje hegemônica, quando primeiro foi publicada, provocou um choque na comunidade científica, mas evoluiu para se constituir atualmente na referência contra a qual precisam se justificar os que dele discordem.

O impacto do produtivismo nas ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, em função de suas características teóricas em que convivem diferentes paradigmas, conforme o próprio Kuhn explicitamente observou, são ainda mais perversos dos que antevistos por Solla Price no âmbito das ciências da natureza. Se tais ciências devem se equilibrar na esquiva passagem entre os valores e a ideologia sem nunca perder de vista as questões éticas, o produtivismo tem significado uma pressão adicional para, na melhor das hipóteses, reduzir o cuidado necessário para qualificar o trabalho produzido. À lista extensa de irregularidades já elencada e que não se pode pretender ser desconhecida pelos que se envolvem na avaliação, ainda podemos acrescentar autores que requentam seguidamente o mesmo trabalho, tratando da mesmíssima questão sob os mais variados pretextos, produzindo outro tipo de redundância descabida nos artigos

publicados, atitude que presumo ser menos frequente nas ciências da natureza, nas quais o fatiamento dos dados nos diferentes trabalhos pelo menos introduz um bit de informação nova a cada um, ou conforme denominação adotada por Solla Price quando discutiu o fenômeno, um *quanta* adicional de informação. Estas podem contar com paradigmas mais bem definidos e consensuais, conforme também entendeu explicitamente o próprio Kuhn, o que tende a reduzir as reedições redundantes do mesmo conteúdo mesmo para os veículos de comunicação sujeitos a linhas editoriais oportunistas.

O caso da forma livro, importante nas ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, traz questões que merecem consideração. Parece estar aqui atuando uma leitura ainda mais rebaixada e acrítica do trabalho Kuhn. Este, exemplificando com "A origem das espécies" de Darwin, indica que a produção de livros endereçada ao público culto está associada ao momento de fundação de um novo paradigma, observação similar ainda que mais precisa que as de Solla Price sobre o tema. A partir daí Kuhn observa que, nas ciências da natureza, os livros se resumirão aos manuais introdutórios, ficando a discussão entre pares expressa nos artigos publicados em linguagem esotérica em revistas especializadas destinadas aos profissionais do campo. Pode ter sido esta a fonte da resistência à aceitação de livros como produção intelectual de relevância, postura que apenas muito recentemente foi reconsiderada pelo CNPq para as ciências sociais. Mas ainda persiste como indicador da recusa da validade científica da forma livro – ou mais concretamente das dificuldades que criaria para a anualidade instituída da avaliação – sua valoração no máximo igual a um artigo, o que pode significar a comparação de trabalhos com fôlegos distintos e com tempos muito diferentes de maturação. O próprio Kuhn cita em prefácio que demorou 15 anos para cunhar a noção de paradigma, dentre os quais ressalta a importância do intervalo de três anos em que recebeu bolsa de pesquisa que não exigia qualquer tipo de resultado concreto, permitindo-lhe o trabalho exploratório que só depois se revelou fecundo e que se desenvolveu em seu ritmo próprio, sem pressões e com o admitido benefício do acaso. Tal confiança generosa no pesquisador é inexistente no Brasil, ideologicamente sempre suspeito de gazeta ou inoperância no trabalho, desmoralização consistente com a tarefa de obter sua subsunção ao trabalho hierarquizado.

Se quantidade é qualidade, os grupos no controle do poder institucional precisam se legitimar como intelectuais de peso, sendo isto expresso com a publicação de seus próprios trabalhos nos veículos sob seu controle. A endogenia entre avaliadores e avaliandos de alta produtividade merece estudos aprofundados, o que poderá ser facilitado pela análise dos cruzamentos dos currículos Lattes no que diz respeito a sua alternância como avaliadores e avaliandos também quanto à composição das bancas, à aprovação dos projetos, à publicação de trabalhos em coautoria, discutindo-se a extensão e a dependência mútua entre os parti-

cipantes destes grupos e seus efeitos sobre suas produtividades. Tudo isto parece estar relacionado ao "silêncio dos intelectuais" – queixa que se repete na grande mídia na atualidade a respeito da posição de nossa elite pensante – que perderam neste processo sua liberdade, haja vista sua dependência em relação aos grupos de pesquisa e meios de divulgação que sustentam sua posição. Observe-se que, ao contrário da expectativa de Price, aqui a elite também perde autonomia que trocou por posições estratégicas de projeção e controle das instâncias de julgamento.

Mas há ainda a questão da publicação em revistas internacionais. Isto é bom? É. É necessariamente melhor do que publicar no Brasil? Não. As ciências sociais aplicadas têm frequentemente os melhores motivos empíricos e epistemológicos para focar a discussão em sua própria terra, sem qualquer vezo paroquial. Quanto a este tema, lembrem-se os comentários freqüentes a respeito dos que adotam o princípio da supremacia de partida das publicações internacionais como resquícios de nossa mentalidade colonizada, ou melhor ainda, posição subalterna na divisão internacional do trabalho intelectual o que, evidentemente, só será superado com produção científica de qualidade. Mas também pode-se lembrar – e isto exigiria maiores estudos – de outros fatores que porventura estejam interferindo como, por exemplo, o financiamento externo à pesquisa ou às associações de pós-graduação.

A inadequação, para dizer o mínimo, do critério de valorizar *ex limine* a produção publicada em revista internacional fica evidente quando Solla Price indicou que nos Estados Unidos, por exemplo, revistas chinesas e russas são traduzidas para permitir que seus pesquisadores se mantenham atualizados sobre o que lá se produz. Ou ainda que, conforme se observa em exemplos cotidianos, frente à mesma questão e à qualidade similar, os americanos, mais que os europeus, tendem a valorizar o autor local versus o de país cientificamente "emergente". Também eles precisam cultivar suas redes relevantes de contato. Registrem-se aqui como mais uma distorção descabida os relatos de práticas que visam a atender as normas produtivistas tupiniquins de ampliar a publicação internacional com a oferta que ocorrem fazer a pesquisadores do exterior para se tornarem co-autores de artigos de pesquisa de que não participaram.

Dito isto, convém ressaltar: é da natureza da ciência convergir para uma discussão universal e isto se faz com muito mais facilidade em uma língua comum e não há qualquer objeção conceitual, havendo excelentes motivos empíricos para que se adote o inglês, descartados os neocoloniais. A melhor solução, portanto, depende do tipo de trabalho e das oportunidades de publicação e qualquer avaliação deve levar tais características em consideração.

Ainda quanto ao aspecto da relação com a discussão internacional, há ciências e ciências e, entre elas, a epistemologia e a lógica e, claro, as ciências da natureza formularam leis e métodos de amplo reconhecimento

que originam uma e apenas uma discussão a qualquer tempo sobre dada linha de pesquisa. São estes os casos clássicos da física quântica e relativista e da química dos elementos. É óbvio que, para tais ciências, quando se envolvem nas aplicações, não há contradição entre o local e o universal, como foi o caso da descoberta da doença de Chagas ou a pesquisa na agricultura tropical feita pela EMBRAPA. Dificilmente instituições estrangeiras de pesquisa teriam produzido estes trabalhos na escala e no tempo exigidos pela sociedade brasileira que as financiou, bastando para tanto observar a crítica reiterada quanto ao seu baixo envolvimento em pesquisas a respeito de remédios para doenças típicas do terceiro mundo, menos rentáveis na comercialização.

Espantoso mesmo é que o reverso da medalha, ou seja, a desconsideração das características dos campos que se dedicam a temas sociais. Tais ciências partem mundo afora de questões locais e devem se contrapor a métodos e resultados produzidos em outros lugares tendo como parâmetros de discussão os referenciais terceiros da Lei, da Arte, da Política e das Religiões, não obstante o niilismo pós-moderno. A antropologia fez deste axioma sua força maior e o resultado há de ser o refinamento dos critérios da discussão pelo questionamento de quaisquer vieses etnocêntricos, mas não a eliminação dos parâmetros internacionais da discussão ou a fecundidade dos estudos locais. Cabe, de passagem, reivindicar estudos para a incrível postura etno*ex*cêntrica relacionada à publicação de artigos, como sói serem as políticas oficiais brasileiras.

Pelo contrário, o oposto pode ser uma vantagem conceitual, pelo menos na opinião expressa por Frederic Jameson em entrevista. Comparando países centrais e periféricos, observa:

> Por exemplo, temos um problema especial nos Estados Unidos. Não é só por sermos um país de grandes dimensões, como Rússia e China, que nunca pensamos no mundo lá fora; há também uma certa cegueira do centro, que dificulta a compreensão dos contextos de outros países e do significado dos atos culturais e políticos.
>
> Já países que sofrem peso de forças e centros vindos do [sic] fora (como o Brasil) conseguem ter uma visão mais clara do mundo lá fora, e da posição que ocupam nesse mundo em relação a esses centros. Portanto, *a margem tem uma vantagem epistemológica sobre o centro* e, talvez, os seus mapeamentos cognitivos sejam mais revelado-res, ricos e interessantes dos [sic] que aqueles disponíveis nos centros de poder. (JAMESON. 2011:8. Itálicos adicionados)

Ou seja, se Jameson está correto como entendo estar, nós estaríamos justamente abdicando de nossa vantagem epistemológica por insistir no viés etno*ex*cêntrico sem que possamos contar com as vantagens institucionais e financeiras presentes nos centros hegemônicos.

Aferir resultados nas humanidades e ciências sociais é processo similar ao identificado na literatura quando os autores, por analogia a obra dos literatos ligados por definição à língua materna, dizem que, nestes casos, o valor da obra só será universal se antes for local. Sua validação local precede, *em termos lógicos* – mas com freqüência de fato empíricos – sua validação universal. O urbanismo e o planejamento urbano ainda se batem por referência teórica comum que ajude a perspectivar as inúmeras experiências locais, não obstante algumas propostas teóricas promissoras que ainda carecem de adequada verificação empírica e comparada. A circulação internacional de formulações que foram desenvolvidas tendo em vista questões que emergiram do próprio lugar de origem e que só depois se mostraram relevantes para a comunidade internacional – como foram os casos do planejamento estratégico de Barcelona ou da metodologia do orçamento participativo do Brasil – resultam da forma de desenvolvimento destes campos que se apoiam em processos indutivos ou mesmo no estágio antecedente da necessária erudição.

Resta anotar que a desconsideração da especificidade dos campos sociais e humanos é a política exigida para implantar a subsunção formal, posto que são campos em que não são necessárias, embora ocorram em casos especiais, as condições técnicas que levam à subsunção real. Ninguém menos que Weber (1985:156/7) indicou com clareza este fato na passagem seguinte:

> Os grandes institutos de Medicina ou Ciências Naturais são empresas 'capitalistas estatais', que não podem ser administradas sem consideráveis recursos. Vamos encontrar, no caso, a mesma situação predominante sempre que a empresa capitalista entra em cena: a ´separação entre o trabalhador e o seu meio de produção'. O trabalhador, ou seja, o assistente, depende dos implementos que o Estado coloca a sua disposição; portanto, é tão dependente do chefe do instituto quanto o empregado de uma fábrica depende da direção. [...] Esse processo [...] abrangerá as disciplinas nas quais o artesão é pessoalmente dono das ferramentas, como ainda ocorre, em grandes proporções, no meu próprio campo. Esse processo corresponde exatamente ao que aconteceu ao artesão no passado e a situação continua em plena evolução hoje" (ênfases no original).

A admissão por Weber do processo de subsunção do pesquisador é tão clara que dispensa comentários, embora ele não tenha discorrido sobre os mecanismos de sua implementação para o trabalho intelectual, muito provavelmente em função do estágio inicial do processo à época (COUTO, 1997).

E a questão das publicações Qualis? Não obstante o caso Sokal, pode-se admitir como verdade com grau de aproximação suficiente para efeitos de avaliação indireta que textos publicados em uma grande revista

dispensassem em tese sua leitura para serem considerados de antemão como de qualidade. No entanto, o raciocínio inverso não vale e é espantoso que se tenha de fazer esta defesa óbvia. Aqui se observa um ponto notável da ideologia que sustenta os critérios produtivistas. Em qualquer situação, – em especial em um país em que a ciência ainda está se instalando e se mostra tão sujeita a turbulências institucionais – nada permite inferir previamente que textos que *não* foram publicados nestas revistas possam ser justa e liminarmente avaliados como de menor qualidade; ainda mais para o caso de conceituações e teorias inovadoras que não acham guarida nas publicações dedicadas aos paradigmas hegemônicos até que consigam construir os padrões de congresso e revistas para sua adequada institucionalização, processo este descrito pelo próprio Kuhn. Isto desqualifica seu menoscabo como expresso nos índices inferiores adotados e mantém a obrigação de sua leitura direta para avaliação. Torna-se necessário, portanto, descartar o exato ponto em que o produtivismo se legitimaria por economizar tempo de leitura. No mínimo – e isto é ainda mais pernicioso – amplia o apoio institucional à resistência à inovação já identificada por Kuhn, pela introdução de práticas cada vez mais políticas e casuístas.

Esta situação é observada por JOURDE (2009: 28) para o caso da Europa, quando anota a recusa de revistas francesas em serem rankeadas com o argumento de que trabalhos revolucionários tendem a ser publicados em suportes "marginais, dissidentes ou inesperados". Jourde anotou, entre espantado e indignado, a argumentação a um tempo vazia e pretensiosa apresentada pelo Conselho Nacional das Universidades, pelo comitê nacional do CNRS e pelos laboratórios de Paris e Ile-de-France em defesa da sua proposta de políticas para a direção da pesquisa. Depois de um detalhamento dos efeitos negativos ou perversos que convergem para o que só pode ser aqui qualificado de mediocrismo, conclui:

> "que a quantidade das citações mensura mais os modismos intelectuais, as posições de poder e a audiência de um autor do que a qualidade de um artigo citado, que tudo isto só pode produzir um aviltamento e uma servidão do pensamento" (JOURDE: 2009: 29).

Há outra questão importante a considerar. O grau de previsibilidade de qualquer generalização nas ciências sociais, sociais aplicadas e humanas é menor do que o que se observa nas ciências da natureza, o que é uma afirmação incontroversa. Não são negligenciáveis, no entanto, as conseqüências éticas de erros de generalização nos casos que não podem ser discernidos de antemão, ou seja, sem uma observação metódica de cada situação concreta a ser considerada. Esta distinção muda o sentido do que seja "aplicação" frente ao significado do termo nas ciências da natureza. Ainda que, segundo Kuhn, a *crença* do grupo na validade de seu paradigma seja um fator necessário para seu progressivo

desenvolvimento até que soe o momento da revolução, os possíveis efeitos adversos da presunção de sua validade frente a seres humanos obriga a que, em qualquer situação, a teoria seja *reconstruída* em cada um e em todos os casos empíricos em que se a pretende aplicar, para *só depois* poder ser considerada aplicável. Ou seja, só *após* a observância no caso dado das regularidades antecipadas pela teoria é que se pode admitir sua validade, o que impede a "aplicação" *ex ante* dos preceitos teóricos, por melhores que sejam as evidências pregressas que os corroborem. Este é um paradoxo desconhecido das ciências da natureza. Observe-se que a avaliação de trabalhos científicos não é exceção a esta regra.

Quanto a aplicações de teoria, há também que se considerar o seu campo de validade: uma teoria que trata de uma questão social não pode ser utilizada para compreender e menos ainda fazer inferências sobre indivíduos e, evidentemente, o reverso também é verdadeiro. Price, quando apresenta no Prefácio seu método por analogia à termodinâmica, diz inicialmente com clareza que não se trata da análise de uma molécula que ele batiza de George, mas "a média de todo o conjunto", explicitando que a média *impessoal* fala do conjunto do gás [Ciência]. No entanto, logo a seguir, põe-se a tratar da interação de uma molécula com a outra, caso em que George – agora cientista e não molécula – haverá de retornar com toda a sua humanidade, questão que, chegada a hora, a avaliação vulgar que nele se baseia desconsidera. Observe-se que, nas ciências sociais, Weber faz a transição de uma teoria geral para situações concretas sem *funalizar* o caso, mas apoiando-se cuidadosamente em tipos ideais construídos, impedindo, pois, a personificação que sua base teórica não admite. Mas Price segue adiante no propósito de "derivar as propriedades políticas e sociais do gás [Ciência]" o que estica sua metáfora já de partida questionável a limites inaceitáveis em ciências sociais. De resto estas são características inexistentes nos gases de cuja analogia ele partiu, o que exigiria dele no mínimo a reavaliação dos seus pressupostos e conceitos para seguir teorizando.

Ou seja, embora tenha delimitado um objeto definido pelo conjunto não nominável dos cientistas por ele estratificado em elite e massa, em dado momento ele se deixa tentar pela discussão do que ocorre quanto a cientistas em particular. Disto decorre mais um efeito ideológico – não científico – das avaliações produtivistas nele baseadas que facilmente franqueiam o passo teoricamente interditado. Apenas a renegação e a denegação - processos presentes nos que extraem mais trabalho dos grupos de pesquisa - impede-os de se posicionar com clareza frente a tais situações.

Fica ainda por demonstrar – e isto cabe mais uma vez aos que atualmente defendem o produtivismo – porque critérios que *descrevem* a produção científica tais como os indicadores de citação e publicação devam ser usados também para sua *normatização*. Podemos nos lembrar de um sem número de descrições de

universos (da saúde, da educação, da distribuição de renda etc) que servem exatamente para criticá-los e propor sua mudança com base em valores que diferem dos que regem o universo social. Observemos que Solla Price não só descreveu como expôs os seus próprios valores, notadamente a hierarquização dos pesquisadores – tornando-os criticáveis portanto – requerendo-se na atualidade o mesmo cuidado e transparência na justificativa para o produtivismo e para os indicadores adotados.

Ressalte-se novamente com a devida ênfase que a alteração de uma prática de avaliação de trabalhos por inspeção direta de cada texto, o que garantiu a qualidade do desenvolvimento da ciência ocidental, não pode ser desmontada sem que sua alternativa comprove sua qualidade superior. Isto não é defendido sequer por aqueles que usam os indicadores como norma, haja vista que continuam a se referir ao processo como sendo de avaliação por pares, mas acrescido da presunção que tudo altera de que "alguém competente verificou".

A adoção atual da forma artigo como critério incontornável da avaliação produtivista pelos órgãos de fomento decorre do modo de produção das ciências da natureza, conforme extensamente discutido (KUHN 2007, p. 40). Solla PRICE (1965. p.65) entende que esta forma decorre de um desenvolvimento histórico que visou a resguardar a prioridade do achado ou da formulação e não o desenvolvimento da ciência estrito senso. Price chega a considerar, em época pré-internet, que a forma artigo já estava obsoleta se o objetivo é o desenvolvimento da ciência, entendendo ser mais adequada a circulação dos cientistas para entendimentos face a face. Assistimos a um tempo em que se exagerou intencionalmente a ênfase na produção de artigos mas com o objetivo primordial de controlar a vida institucional dos pesquisadores para garantir a sub-sunção dos ditos menos produtivos aos auto-proclamados produtivos, ati-tude infelizmente ainda mais exacer-bada e legitimada pela cultura cartorial brasileira.

Tenho defendido em diversos trabalhos que, para entender a prática atual da ciência, precisamos levar em conta a alteração do seu modo de produção. Tanto Solla Price quanto o que se ouve no senso comum douto presumem sem maiores reflexões que a montagem das equipes de pesquisa não altera a figura do intelectual clássico, que precisa ser definido como autônomo, responsável pela concepção e desenvolvimento de seu trabalho e nomeadamente implicado nos avatares da legitimação interpares de seus resultados (COUTO, 1999, 2003). O próprio Solla PRICE (1965:87), no entanto, relata casos já alarmantemente frequentes na década de 1960 em que autores não são mencionados, "sequer em nota de rodapé". Não é hora de desenvolver todo este raciocínio, o que foi feito em outros textos, mas os impactos são enormes, inclusive nos conteúdos, mas notadamente por potencializar o já mencionado aumento da resistência à mudança, fenômeno identificado por Kuhn que, ao contrário de Solla Price, presume o campo funcionando como um agregado paritário de intelectuais

clássicos.

Apenas para identificar o viés político em jogo nestes casos – por oposição a membros da equipe nunca citados conforme observação de Solla Price – os chefes de grupo tendem a ser mencionados mesmo quando não participam da elaboração do trabalho (LATOUR e WOOLGAR, 1997). Não é inocente, pois, que os altamente produtivos defendam a freqüência de publicação como o critério-chave para distribuir recursos de pesquisa e para legitimar pesquisadores. O resultado pode ser pesquisa chapa-branca, cara, desenvolvida muito além de sua fecundidade intelectual porque, se são notórios os casos dos intelectuais clássicos que se recusam a abandonar um paradigma que deixou de ser fecundo, alterar a direção do trabalho de um grupo legitimado, hegemônico, controlando recursos e publicações será muito mais difícil e demorado, aumentando a resistência à pesquisa extraordinária necessária para superar um paradigma que perdeu a validade. O produtivismo pode ser invocado aqui como um exemplo notório desta dificuldade.

Uma associação entre o produtivismo e outro dos critérios importantes de Kuhn, o de ciência normal, aparece como a base intuitiva que justificaria a política de avaliação em termos quantitativos: depois da revolução científica, que é uma etapa que se repõe regularmente na lógica kuhniana, instaura-se a ciência normal em que se desenvolverá e se refinará o paradigma adotado pelo novo grupo que prossegue a discussão esotérica feita nos novos termos. Em sua interpretação mais positiva, este seria um período freqüente, mas não único, em que as pesquisas podem se desenvolver em ritmo regular, procurando a solução dos quebra-cabeças deixados a resolver pelo novo paradigma e, se assim é, o caso ideal das aferições produtivistas.

Mas o trabalho de superar um paradigma que deixou de ser fecundo e válido exige investimentos que não se submetem à lógica quantitativa de número de artigos, questão aqui exemplificada anteriormente pela própria experiência de Kuhn durante a elaboração de seu livro. Assim a revolução científica que sucede um período estável de ciência normal remete à contínua reposição da figura do fundador, essencial na análise kuhniana, mas que Solla Price só admite, junto com todos os produtivistas, a contragosto porque tal figura, se reconhecida na atualidade, invalida a possibilidade da generalização acachapante em que tais avaliações se apoiam. Ou seja, o momento necessário da inflexão paradigmática, sempre reposto, invalida a presunção absurda de que todos os campos estariam funcionando nas últimas três décadas no Brasil com a produção regular de artigos típica da ciência normal. Recusar esta fase resultaria, segundo Kuhn, em romper a lógica estrutural de renovação científica, algo que nem o produtivista mais empedernido conscientemente aceita defender.

Finalmente, cabe aprofundar a discussão com a ajuda de mais um autor para que possamos aquilatar a dimensão de toda a degradação institucional e política que testemun-

hamos. Weber pode ser retomado aqui como um intelectual clássico altamente prolífico que analisou as condições de trabalho e pesquisa de seus contemporâneos sob o ponto de vista da qualidade e da relação com a instituição universitária. Observe-se que, não obstante sua vasta e reconhecida obra, não passaria por sua cabeça de intelectual clássico avaliar quem quer que fosse por indicadores quantitativos.

Em seu ensaio sobre a vocação científica, WEBER (1982: 162) também faz remissão à figura do que chama de artesão intelectual para contar com o adequado desenvolvimento das idéias.

> "As idéias nos chegam quando lhes apraz e não quando queremos. As melhores idéias ocorrem realmente à nossa mente da forma como Ihering descreve: ao fumarmos um charuto no sofá; ou, como Helmholtz diz de si mesmo, com exatidão científica: quando caminhamos por uma rua que sobe lentamente; ou de qualquer outra forma semelhante. De qualquer modo, as idéias chegam quando não as esperamos, e não quando estamos pensando e procurando em nossa mesa de trabalho. Não obstante, elas certamente não nos ocorreriam se não tivéssemos pensando à mesa e buscando respostas com dedicação apaixonada."

Discutindo o tema em seus próprios termos, KUHN (2007: 121-122) apresenta-o da seguinte forma:

> "[...] o novo paradigma, ou uma indicação suficiente para permitir uma posterior articulação, emerge repentinamente, algumas vezes no meio da noite, na mente de um homem profundamente imerso na crise. Qual seja a natureza deste estágio final – como o indivíduo inventa *(ou descobre que inventou) uma nova maneira de ordenar os dados, já agora coletados na sua totalidade* – permanecerá inescrutável aqui e é possível que seja assim permanentemente. Indiquemos apenas uma coisa a seu respeito. Quase sempre, os homens que fazem essas invenções fundamentais são muito jovens ou estão há pouco tempo na área de estudos cujo paradigma modificam." (ênfases adicionadas)

Mesmo Solla PRICE (1965:109) não se furtou à questão de definir os tipos fundadores, no entanto retomados do autor do século XIX que indica como seu antecessor intelectual:

> "Galton, one of the first investigators, noted that more than half of his group of distinguished scientists were the eldest or the only child in their families, and this proportion, much higher than average, has since been confirmed in several investigations. Galton noted also that an unusually high proportion of his subjects were very attached to one parent, most often the mother. In extension of this it has since been remarked that many of the

> great men of science lost one parent early in youth (before the age of ten) and became strongly attached to the other. Case histories show that scientists often are lonely children ...".

A empiria galtoniana é desanimadora e parece exigir para ser melhor entendida relatos autobiográficos. A atitude mais prudente parece ser mesmo admitir, com Kuhn, que o que se passa na cabeça do indivíduo criador só poderá ser (re)conhecido *a posteriori* por ele próprio e pelo grupo de pesquisadores que institui. Observe-se que, no momento de concluir, todos os dados que vieram a ser reconhecidos como essenciais para a nova formulação já estavam registrados em sua cabeça, o que aponta os limites que a opção pelo trabalho de grupo traz quando se trata de produzir a síntese necessária para as superações teóricas. É pouco prudente também implantar uma política que dificulte explicitamente a discussão de novas idéias, como é o caso do rankeamento das revistas. É, finalmente, de se pensar o que fazer de uma teoria que se pretende normativa, mas é incapaz de descrever justo os casos cruciais para os fins de desenvolvimento qualitativo, além de fechar os olhos para toda a sorte de deturpações perversas naqueles em que se pretende válida. E isto nos faz retornar a sua estranha prevalência nos nossos dias.

WEBER (1982: 157;), no início do século XX na Europa, observa desencantado o "predomínio da mediocridade" e seu papel destacado nas universidades já em processo de alteração estrutural para aquilo que formalmente identificou como "empresas 'capitalistas estatais'", mas que ainda preservava setores amplamente ligados ao modo clássico de produção, conforme citado. Observemos que, apesar do otimismo de Price prevendo o fim da autoria individual para a década de 1980 e apesar de todo o empenho dos órgãos de financiamento e planejamento da pesquisa, o intelectual clássico resiste e parece que dele não poderemos abrir mão a não ser que fizéssemos a presunção absurda da eliminação futura de viradas paradigmáticas que, ao que nos é dado conhecer, emergem repentinamente na cabeça de um pesquisador imerso na crise e que sequer pode provocá-las, como pensam Kuhn e Weber.

Por sua vez, Milton SANTOS (1994: 25-26) ao final do século no Brasil indica o "prestígio gerado pela racionalização perversa" como "passaporte para postos de comando" na universidade que ele já conheceu em processo avançado de coletivização do trabalho. Aqui também Price avaliou mal, já que persiste a associação entre os medíocres que pretendeu subsumir – ou "pesquiseiros" na expressão de Santos – e os perversos capazes da violência simbólica exigida, tendo ironicamente ambos saídos fortalecidos no contexto da racionalização em curso.

Weber ou Santos, não temos pois por que descartar qualquer destas interpretações. Pelo contrário, é a coexistência dos dois modos de produção aquilo que dificulta a crítica

da perversão e do mediocrismo como um dado de estrutura decorrente do trabalho intelectual coletivizado que se institui por oposição ao coletivo. A racionalização perversa se observa de forma notável na ambivalência das práticas de autoria e avaliação calcadas na violência simbólica adotadas para promover a mudança estrutural em curso, o que uma vasta empiria, nem toda discutida neste trabalho, corrobora. Mas uma frase notável, proferida por uma pessoa presente no cotidiano da alta administração acadêmica, quando instada a opinar sobre um dado encaminhamento político-administrativo sumariza a cena perversa na vida institucional: "tudo pode e depende". Para o caso específico do produtivismo, a perversão escolhe o curriculum vitae como seu objeto-fetiche.

Cabe à comunidade universitária estabelecer os limites para a atuação dos órgãos de fomento e avaliação. Estas duas figuras, sob a roupagem figurada de intelectuais clássicos, subvertem o modo de produção originariamente baseado na independência, transmutando-o não no necessário trabalho coletivo que o momento histórico de nós exige, mas no coletivizado com expropriação de mais valia. Tal viés potencializa sua própria legitimidade intelectual ao tempo em que garante a deslegitimação dos membros subsumidos das equipes de trabalho e daqueles que tenho chamado de improdutivos relativos, quais sejam, os intelectuais clássicos que não obstante não podem ser descartados se a ciência deve continuar se desenvolvendo. A liberdade acadêmica e a autonomia universitária são danos colaterais.

Como política imediata parece indiscutível, se o objetivo for o desenvolvimento da ciência, que não podemos decretar a morte de qualquer dos modos – coletivo por oposição ao coletivizado ou clássico – de trabalho. Nem se pode exigir do pesquisador clássico o rendimento do trabalho coletivo, nem se pode trazer para os grupos critérios de legitimação que remetem, fora do contexto, ao intelectual clássico. Resta a constatação obrigatória de que apenas a produção de ciência de qualidade garante a circulação que interessa, o que torna irrelevante a argumentação produtivista, incapaz de identificar qualidade a não ser onde já a havia posto de antemão, outro círculo vicioso. Esta é a tarefa para a comunidade universitária enfrentar em sua resistência necessária ao mediocrismo e à perversão que tanto dano têm causado à produção do conhecimento.

Referências

ARNOLD, Douglas N. Tradução de Augusto S. Carpintero. Integridade sob ataque: o estudo da publicação acadêmica. 2010. www.democracia-e-transparencia-em-ct.blogspot.com. Acesso em 26/02/2011.

COUTO, Beatriz Alencar d`Araújo. *Trabalho intelectual coletivizado:* produção conhecimento e reconhecimento. 1999. 256f. (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COUTO, Beatriz. O mal-estar na universidade: a coletivização do trabalho intelectual. In: *Caminhos*. Belo Horizonte: APUBH, n 22, fev. 2003. p. 15-33.

COUTO, Beatriz. Pós-modernidade e reorganização do trabalho intelectual. *Comunicação e Política*. Rio de Janeiro: CEBELA, v. 4, n.3, nova série, set-dez 1997, p161-178.

DOR, J. Perversão. In: KUFMANN, Pierre. *Dicionário enciclopédico de psicanálise*. Tradução de Vera Ribeiro e Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 415-423.

FREUD, Sigmund. Fetichismo. In:_____. O*bras completas*. Tradução de Luiz Lopez-Ballesteros Y de Torres. 4 ed. Madrid: Ed. Biblioteca Nuova., 1981. VIII, p. 2993-2996.

JAMESON, Frederic. Entre Marx, Freud e Sartre. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 22 mai. 2011. Caderno Ilustríssima, p.8. (Entrevista concedida a Maria Elisa Cevasco).

JOURDE, Pierre. As facetas da bibliometria: como se tornar o pesquisador do mês. *Estudos Lacanianos*. Belo Horizonte: Departamento de Psicologia da FAFICH/UFMG; SCRIPTUM. vII, n.3. 2009. p.27-30.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LATOUR, Bruno e WOOLGAR, Steve. Tradução de Ângela Ramalho Vianna. *A vida de laboratório*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1997.

LOPES, Reinaldo José. Máquina não simulará mente, diz cientista. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 18 jun 2011. Ciência. p.6.

PRICE, Derek J. de Solla. *Little science big science*. New York: Columbia University Press. 1965.

RODRIGUES, Luiz Oswaldo Carneiro. Publicar mais ou melhor? O tamanduá olímpico. 2009. www.democracia-e-transparencia-em-ct.blogspot.com. Acesso em 26/02/2011.

SANTOS, Milton. *Técnica , espaço e tempo; globalização e meio técnico-científico organizacional.* São Paulo: HUCITEC, 1994.

VIEIRA,Wilson José. A casta dos superbacharéis. *Correio Brasiliense*. Brasília, 07 fev. 2009. Opinião. p.25.

WEBER, Max. A ciência como vocação. In: ___. *Ensaios de sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 154-183.

Tânia Margarida Lima Costa

Jessica Norberto Rocha



Arquivo Projeto Museu Itinerante

MUSEU ITINERANTE PONTO UFMG – DESAFIOS DA ARTE E CIÊNCIA

Tânia Margarida Lima Costa é Diretora do Centro Pedagógico EBAP/ UFMG e Coordenadora do Museu Itinerante Ponto UFMG.

Jessica Norberto Rocha é Mestranda em Divulgação Científica e Cultural UNICAMP, graduada em Letras - UFMG.

Apoio:

Pró-Reitoria de Extensão da UFMG (PROEX/UFMG)

Centro Pedagógico: Escola de Educação Básica e Profissional da UFMG (CP/ EBAP/UFMG)

Fundação de Amparo à Pesquisa da Minas Gerais (FAPEMIG)

Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa de Minas Gerais (FUNDEP)

Secretaria de Educação de Minas Gerais

Ministério de Ciência e Tecnologia


知

Texto

Resumo:

O Museu Itinerante Ponto UFMG é um museu de ciência e tecnologia interativo adaptado em uma unidade móvel que atenderá escolas e cidades de Minas Gerais. Constituído de um caminhão com seu espaço interior adaptado em seis ambientes apresenta uma proposta inovadora no Brasil. O museu, além de transportar artefatos e materiais para montagem de exposições e oficinas externas, oferece atividades que utilizam aparatos artísticos tecnológicos nos ambientes internos do baú. Um dos grandes desafios do projeto é aliar a arte e a ciência a fim de implantar salas que ambientadas proporcionem aos visitantes experiências estéticas e científicas inéditas.

Palavras-chave: museu, educação científica, divulgação científica.

Os museus e centros interativos de ciência e tecnologia têm sido atualmente apontados como instituições e espaços onde ocorre a comunicação pública da ciência e são capazes de conectar os avanços e as questões relacionadas à ciência com os interesses do cidadão da comunidade. Além disso, promovem ações buscando a educação não-formal de Ciência e Tecnologia, estímulo às vocações científicas e técnicas, desenvolvimento de uma consciência crítica sobre as problemáticas da ciência e apoio à operação do sistema educativo formal. Espera-se assim, que as visitas aos museus contribuam para a alfabetização científica com uma dimensão cívica, ou seja, constituída de elementos de relevância social e que tornem o cidadão apto a participar de forma mais bem informada e, portanto, mais consistente nos debates científicos e sociais.

Hoje, e de maneira especial, no Brasil, a motivação não é diferente: a alfabetização científica para o exercício da cidadania. Tal motivação ocupa um espectro que vai da prosperidade nacional ao reconhecimento do conhecimento científico como parte da cultura humana, incluindo, em seu significado, o exercício da cidadania (na avaliação de riscos e nas escolhas políticas), o desempenho econômico e as questões de decisão pessoal. Assim, para a educação de qualquer pessoa no mundo contemporâneo, é fundamental a noção sobre o que acontece em ciência e tecnologia, isto é, seus principais resultados, seus métodos e usos, e também seus riscos e limitações, bem como, os interesses e

determinações que governam seus processos e aplicações. Ser um cidadão alfabetizado cientificamente, no sentido cívico, é buscar informações, analisar, compreender, reavaliar, criticar, expressar opiniões e argumentar sobre questões de ciência e tecnologia relacionadas, especialmente, com a vida cotidiana, o futuro próximo e imediato. Formar um cidadão crítico é permitir a melhora da sua qualidade de vida.

Na América Latina, diversas iniciativas vêm sendo desenvolvidas para promover a articulação de ações de popularização da C&T entre diferentes países. Um bom exemplo é a Rede de Popularização da Ciência e Tecnologia da América Latina e Caribe (RedPOP), criada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1990 a fim de "contribuir para o fortalecimento, intercâmbio e ativa cooperação entre os centros e programas de popularização da ciência e da tecnologia na América Latina e Caribe", como descreve seu estatuto. Dentre suas atividades encontram-se a identificação de programas e projetos na área de popularização da C&T que se desenvolvam por meio de cooperação regional, a difusão de projetos existentes em esferas nacionais e regionais para a tomada de decisões conjuntas, o estudo de problemas identificados e a procura de soluções que aproveitem as infra-estruturas existentes, a contribuição para a formação e capacitação de profissionais da área ligados aos centros e programas.

Na mesma direção, o governo brasileiro vem promovendo um grande esforço para estabelecer uma política de difusão e popularização da ciência que possa responder às crescentes demandas da população brasileira e diminuir a distância entre ciência e vida cotidiana. Nas duas últimas décadas, houve uma expansão significativa de ações do governo federal e dos estaduais por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Secretarias de C&T e Fundações de Apoio à Pesquisa (FAPs), entre outros organismos preocupados com a divulgação científica no país.

Como parte desta política, foram criados centros e museus de ciência em diferentes regiões brasileiras; incentivadas olimpíadas de Ciências, Matemática, História; cursos para formação de professores de Ciências nas escolas do Ensino Básico, Fundamental e Médio, entre outras ações. No mesmo período verificou-se, também, a crescente publicação de livros, revistas e *websites*; maior cobertura de jornais sobre temas científicos; organização de conferências populares e outros eventos que despertam o interesse em audiências diversificadas por todo país.

Paralelamente a essas iniciativas do governo, surgiram ações destinadas a elaborar instrumentos para medir os níveis de percepção pública e de cultura científica da sociedade apoiadas por instituições de ensino e pesquisa e gestão pública da política científica. Tais pesquisas foram legitimadas como instrumento para pesquisadores e profissionais da esfera pública conhecerem as prin-

cipais tendências de opinião e também do comportamento geral, constituindo-se, assim, em um canal de conhecimento sobre valores e atitudes, além de aspectos específicos sobre a C&T.

Recentemente, em 2010, o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), com colaboração da UNESCO, realizou a pesquisa "Percepção Pública da Ciência e Tecnologia no Brasil" com cerca de duas mil pessoas em várias regiões do país. O objetivo principal do trabalho foi, através de questionários com perguntas abertas e fechadas, fazer um levantamento do interesse, grau de informação, atitudes, visões e conhecimento que os brasileiros têm da Ciência e Tecnologia, tendo como público-alvo a população brasileira adulta, homens e mulheres e jovens com idade igual ou superior a 16 anos. A pesquisa revelou que o percentual de pessoas muito interessadas em ciência é de 65%. Os brasileiros também se revelam otimistas, 82% consideram que a ciência trouxe mais benefícios para a sua vida e 50% que a situação de avanço da ciência brasileira é intermediária. No entanto, apesar do interesse, da visão positiva da ciência e do acesso à informação, por meio da televisão e da internet, a grande maioria dos brasileiros tem pouco conhecimento na área: somente 15% das pessoas abordadas foram capazes de citar uma instituição científica importante no Brasil e poucos puderam indicar o nome de um cientista famoso. Além disso, a presença da população nos espaços científicos (museus, jardins botânicos e centros de ciência) é pequena e desigual, apenas 8% declararam visitar algum museu por ano. (MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2010)

Como se pode ver, a cultura científica brasileira ainda parece frágil e limitada, com grande parte da população sem acesso à educação, ciência e da informação com respeito a C&T. O quadro também aparece problemático na educação científica formal. Diversas avaliações mostram que o desempenho dos jovens brasileiros em ciências, na maioria das vezes, está abaixo do desejado. Para ilustrar, analisamos o resultado do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) – avaliação internacional padronizada, desenvolvida conjuntamente pelos países participantes da OCDE, aplicada a alunos de 15 anos no ensino regular. O PISA abrange os domínios de Leitura, Matemática e Ciências, não somente quanto ao domínio curricular de cada, mas também quanto aos conhecimentos relevantes e às habilidades necessárias à vida adulta. Os resultados brasileiros em Ciências não são satisfatórios quando comparados com o nível atingido por outros países. Em 2000, de 43 países avaliados, o Brasil ficou na 42º colocação com 375 pontos, acima apenas do Peru; em 2003, de 41 países avaliados, o Brasil também ficou apenas uma colocação acima do último, Tunísia, apesar de subirmos para 390 pontos. Em 2006, em 57 países, ficamos na posição 52 acima de Colômbia, Tunísia, Azerbaijão, Catar, Quirguistão, mantendo a média de 390 pontos da avaliação anterior. Por fim, em 2009, dos 65 países participantes, ficamos na posição 53 com 405 pontos. (OECD, 2000, 2003, 2006, 2009)

É inegável que a pontuação em Ciências subiu 35 pontos desde 2000. Entretanto, os resultados ainda estão muito aquém dos demais países, o que revela a necessidade da melhoria da qualidade do ensino de Ciências nas escolas brasileiras. Essa melhoria passa, necessariamente, pela qualificação dos professores e por laboratórios adequados ao ensino.

Vários educadores têm destacado o problema do baixo nível de ensino de Ciências no Brasil. Um deles é o físico Ildeu de Castro Moreira, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenador do Departamento de Popularização da Ciência no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Ao avaliar a situação da educação formal em Ciências, no país, que considera insatisfatória, ele afirma:

> (...) o desempenho dos estudantes brasileiros é muito baixo nos assuntos que envolvem ciências e matemáticas. O ensino de ciências é, em geral, pobre de recursos, desestimulante e desatualizado. Curiosidade, experimentação e criatividade geralmente não são valorizadas. Ao lado da carência enorme de professores de ciências, em especial professores com boa formação, predominam condições de trabalho precárias, com deficiências graves e, laboratórios, bibliotecas, material didático, inclusão digital, etc. (MOREIRA, 2008, p. 70)

Nesse contexto, propomos a implantação do Museu Itinerante de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Este museu foi concebido para ser itinerante, dinâmico, e trabalhar de forma interativa diversas áreas da ciência e tecnologia, sempre considerando a realidade da comunidade a ser visitada. Um espaço dedicado a alunos e professores da Educação Básica, que objetiva promover estímulos a favor do conhecimento, do método científico e da opinião científica, em que a ciência seja trabalhada como processo em construção, despertando vocações científicas. O Museu Itinerante PONTO UFMG é constituído de um caminhão com seu espaço interior adaptado em seis ambientes distintos, apresentando uma proposta inovadora no Brasil. Além de transportar artefatos e materiais para montagem de exposições externas, atrações e oficinas, em um total de aproximadamente 800m², oferece atividades que utilizam aparatos artísticos tecnológicos nos ambientes internos do baú.

Histórico

O Projeto Ciência na Estrada – Museu Interativo, hoje denominado Museu Itinerante Ponto UFMG nasceu em 2006 para desenvolver ações articuladoras visando aproximar o conhecimento científico produzido nos centros de pesquisa de instituições como a UFMG e a sociedade, notadamente alunos e professores da educação básica, dos municípios do nosso estado.

A motivação para o empreendimento surgiu a partir de alguns aspectos da realidade científico-tecnológica, den-

tre eles:

a) carência de material, laboratório e equipamento científico e tecnológico nas escolas;

b) falta de acesso de grande parcela da população ao ensino de qualidade da ciência;

c) exclusão desta população do contato com tecnologias;

d) a crença de que uma população com educação científica e tecnológica básica estará em melhores condições de pensar e atuar na sociedade em que vive e;

e) a constatação, por meio de consulta formal a algumas prefeituras do nosso estado, de que aquelas comunidades demonstram grande interesse e disponibilidade para receber um museu itinerante de ciência e tecnologia.

Nesta perspectiva, foi desenvolvido e elaborado o Projeto, para concorrer a um edital de auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), que aprovou o necessário apoio.

Além da museóloga e consultora técnica Célia Maria Corsino que trabalhou na equipe de concepção do Projeto, em 2007 foi negociada a contratação como consultor, do Professor Doutor Jeter Bertoletti, um reconhecido profissional na área de museologia, experiente na implantação de museu itinerante e diretor do Museu de Ciência e Tecnologia da PUC-RS. Objetivou-se com essa ação discutir as etapas de implantação; definir os equipamentos permanentes a ser adquiridos; selecionar os temas a serem abordados na primeira exposição; a estrutura das atividades pedagógicas a serem propostas; propor a capacitação necessária para os integrantes da equipe e; o cronograma de implantação.

Desses encontros e de vários contatos resultaram melhorias e avanços no Projeto original como, por exemplo, a redefinição de marca e modelo de cavalo mecânico que proporcionaria maior economia de combustível, menor gasto e maior facilidade de manutenção, maior durabilidade do equipamento, bem como redefinir o tipo e tamanho do chassi e baú que permitiriam melhor adaptação das exposições e atendimento ao público visitante, além de sugestões em relação à identidade visual, logomarca, material de divulgação e outras. Por volta de novembro de 2008, o veículo emplacado e segurado chegou à UFMG.

Além do processo para aquisição do cavalo mecânico, foram também executadas várias outras atividades, das quais destacam-se: discussões e escolha do nome para o museu que passou a se chamar Museu Itinerante Ponto UFMG; criação da logomarca do museu; criação de identidade visual para plotagem do cavalo mecânico e baú; criação de peças para divulgação; organização e realização de "Curso de Capacitação de Monitores para o Museu Itinerante Ponto UFMG", destinado a alunos da graduação interessados em trabalhar em espaços interativos de ciência; participação em eventos de divulgação científica e mu-

seus de ciências; pesquisa de materiais para produção dos experimentos; seleção de motorista, servidor da UFMG; capacitação do motorista para a tarefa de dirigir um museu itinerante.

De junho de 2008 em diante, a equipe do Projeto começou a utilizar em eventos alguns dos experimentos desenvolvidos para o Museu Itinerante, tendo por objetivo avaliar sua didática, funcionalidade e durabilidade.

A equipe do Projeto também planejou e aplicou pesquisa com alunos da educação básica e alunos da graduação para identificação de temas de interesse para as exposições. A pesquisa mostrou que os alunos da graduação demonstraram interesse por temas atuais, veiculados na mídia, tais como aquecimento global, DNA e existência de vida em outro planeta. Já os alunos da educação básica manifestaram curiosidade pela forma como ocorrem os fenômenos naturais, como funcionam os equipamentos tecnológicos, em geral, como as coisas funcionam.

A equipe do Museu Itinerante também participou da "Semana Nacional de Ciência e Tecnologia" dos anos de 2007 e 2008. Já em 2009, a equipe assumiu a organização do evento pela UFMG. Na oportunidade, os experimentos já adquiridos e produzidos também foram expostos. Adicionalmente, foram realizadas oficinas programadas para o museu, também visando testar a metodologia e os materiais didáticos. Dentre várias, podemos citar:

1) Oficina de construção de robôs;
2) Oficina Pentaminós (quebra-cabeça);
3) Oficina "T" clássico (quebra-cabeça);
4) Oficina as cores de Newton;
5) Oficina Reciclando o lixo.

Os professores envolvidos no Projeto têm motivado seus alunos da graduação e da Pós-graduação a participarem das atividades desenvolvendo trabalhos acadêmicos. Como exemplo, pode-se citar o aluno Marcos André Penna Coutinho, da Escola de Belas Artes que, sob a orientação do Professor Francisco Marinho e da Professora Marília Bergamo, foi o responsável pela criação de modelos e imagens dos animais das profun-dezas, um dos enredos das salas. Outro exemplo é o da aluna de graduação Larissa Souza da Silva que desenvolveu uma cartilha sobre Climatologia Urbana e o Ensino Básico, como suporte pedagógico de uma das oficinas do museu. Foram, então, produzidos materiais didáticos diversificados que serão distribuídos ao público visitante nas primeiras viagens do museu. São eles: Álbum de figurinhas "Um mundo de ciência"; Cartilha "Clima Urbano" e Jogo "O Beagle".

Em julho de 2010, os recursos foram liberados e foi encaminhada à Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP), a solicitação de abertura de processo de licitação para contratação da empresa que executará as adaptações e plotagem na carreta e no cavalo mecânico.

Paralelamente às ações de adaptação

do baú, em 2011, materiais de apoio ao professor e ao monitor sobre as práticas pedagógicas possíveis de serem desenvolvidas em um museu de ciência e tecnologia estão sendo desenvolvidos pela equipe acadêmica. Junto à inauguração do museu serão lançados dois livros/cartilhas: *O manual de experimentos e atividades de um Museu Itinerante de Ciência e Tecnologia e A bordo de um Museu Itinerante: atividades de ensino não-formal de ciência*. Estes materiais visam auxiliar os educadores no planejamento, desenvolvimento e avaliação da visita ao museu, ajudando a tornar a visita mais significativa e qualificada para o aluno, como um *continuum* entre a educação formal obtida na escola e a educação não-formal propiciada no espaço do museu.

Descrição do espaço museal

1- Ambiente interno

Experienciar: Consiste na simulação do ambiente intra-uterino, trazendo para os visitantes sensações vividas durante a estadia na barriga materna. O intuito é a reflexão sobre si mesmo, sua origem e seu futuro como ser humano.

Sentidos: O visitante poderá interagir com o ambiente, descobrindo as várias formas de ver o mundo através dos sentidos (paladar, audição, olfato, tato e visão). O ambiente terá projeções e objetos que reproduzirão os órgãos que nos possibilitam ter contato com o ambiente.

Submarina: Simula o ambiente da sala de controles de um submarino submerso em águas profundas. Ao entrar, os visitantes verão os seres abissais através de escotilhas, a orientação pelo sonar e uma visão do ambiente pelo periscópio.

Projeção 3D: Será como uma sala de cinema e exibirá um vídeo em 3D que mostra uma fascinante viagem por ambientes do planeta, para que sejam compreendidos aspectos de sua grandeza e diversidade.

Mundo: O visitante terá a oportunidade de fazer uma visita a várias cidades do mundo, através de um recurso de telas que possibilitam a interação com o local. Dessa maneira, quem visitar essa sala poderá ver como a tecnologia pode nos levar a lugares que nunca fomos.

Consciência: Será um ambiente onde os visitantes interagem com imagens do nosso mundo por meio de botões, influenciando no meio ambiente e no homem. Essa experiência visa contribuir com a percepção de que uma mudança de atitude pode melhorar a condição do ser humano no planeta.

Um dos grandes desafios enfrentados atualmente pela equipe do museu no processo de implantação é aliar a arte e ciência na construção dessas salas de forma que proporcionem aos visitantes experiências estéticas e científicas inéditas, dialógicas e memoráveis. Por esse motivo, a equipe do museu vem mobilizando profissionais de diversas áreas da UFMG, como Arquitetura, Belas Artes, Ciência da Computação, Neurociências e Ciências Biológicas para o

comitê artístico e científico da implantação do museu.

2- Ambiente externo

A exposição do ambiente externo, denominada "Galeria Homem", será constituída por trinta experimentos que articulam diferentes áreas do conhecimento. Alguns dos experimentos são: Crânios Antropológicos; Cérebro Gigante; Teste - Qual é o seu tempo de reação; Jogo da Velha 3D, Ilusão de ótica; Triângulo Impossível; Imagens de você mesmo: Caleidoscópio Humano; Homem Fatiado; Potência do pulo; Rastro da estrela; Caixa de voz; Sintetizador de voz; Código Morse, Ponte Catenária, Harpa a laser.

Além desses espaços, teremos um ambiente para a realização de oficinas pedagógicas para professores abordando a metodologia de ensino das diferentes áreas do conhecimento e oficinas para alunos, ambas com duração de 60 minutos coordenada por professores da UFMG.

A abordagem social e cultural da ciência e tecnologia é um meio de levar a cultura da população local para dentro do museu, para que os conhecimentos científicos e tecnológicos atuais e passados sejam debatidos. Por isso, a abordagem que adotamos no museu valoriza as concepções dos modelos dialógicos, em que a comunicação entre ciência e sociedade não é uma via unidirecional e que a sociedade é determinante no desenvolvimento da ciência e tecnologia do país. Nessa perspectiva, acreditamos que a participação do público e dos cientistas em assuntos de C&T e na formulação de políticas científicas e tecnológicas tem que acontecer nas mesmas condições, para isso temos um espaço propício no museu. Fóruns, debates, conferências ou bate-papo científicos são realizados com a participação da comunidade visitada e um ou mais pesquisadores convidados da UFMG ou outra instituição de pesquisa.

Ao iniciar as viagens ao interior de Minas Gerais, espera-se sensibilizar os alunos, professores, bem como a população em geral, a se interessarem mais por leituras científicas e temas de C&T, a aprenderem a trabalhar com diversas formas de tecnologia e a compreenderem a ciência como uma articulação de diferentes áreas do conhecimento. Espera-se, ainda, que as ações do Museu Itinerante PONTO UFMG motivem os professores atendidos a realizarem atividades extraclasse e a levarem seus alunos a museus, centros interativos de ciência, teatros e cinemas no intuito de desfrutar do conhecimento que os espaços oferecem e de estimular a criação de grupos de estudos na cidade sobre temas de interesse comunitário.

Por fim, esperamos que o trabalho aqui apresentado contribua para despertar vocações científicas e o interesse pelos estudos científicos e técnicos dos jovens em diversas áreas do conhecimento. Além disso, também esperamos melhorar a relação entre os diferentes agentes do nosso sistema e que estimule a tomada de consciência dos cidadãos da importância da ciência e tecnologia

para seu próprio bem estar e nas tomadas de decisões públicas. E para finalizar, que consigamos atingir adequada governança das políticas de popularização da ciência e tecnologia, rumo à inovação, transversalização e democratização do conhecimento no país.

Referências:

AULER, D., BAZZO, W. A., Reflexões para Implementação do Movimento CTS no contexto educacional Brasileiro, Ciência&Educação v.7n1, 2001, p. 1-13.

CAZELLI, S. et al. Tendências Pedagógicas das Exposições de um Museu de Ciência. In: Atas do II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Valinhos. São Paulo,1999.

FALK, J.; DIERKING, L. Learning from museums: visitor experiences and the making of meaning. Boston: Altamira Press, 2000.

HEIN, G.E. Learning in the Museum. London:Routledge, 1998.

INEP. *Resultados preliminares do PISA 2009*. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2011.

MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *Pesquisa de Percepção Pública da Ciência,* 2010. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/328259.html/>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2011.

MOREIRA, I. C. de. A Popularização da ciência e tecnologia no Brasil. In: NODO SUR DE LA RED POP. *Ciencia, Tecnología y Vida Cotidiana*: Reflexiones y Propuestas Del Nodo Sur de la Red Pop. Uruguay, 2008. p. 67-74.

OECD. *Program for International Student Assessment* (PISA). (2000, 2003, 2006, 2009) Disponível em: http://www.oecd.org/pages/0,3417,en_32252351_32235731_1_1_1_1_1,00.html>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2011.

OPPENHEIMER, F. A Rationale for a Science Museum. In: Curator. N.11, n.3, 1968, p.206-9.



Arquivo Projeto Museu Itinerante

Sebastião Abrão Salim



Arquivo Pessoal: Sebastião Salim

Sebastião Abrão Salim é professor Adjunto Aposentado do Departamento de Saúde Mental da Faculdade de Medicina da UFMG.

As origens da Psicanálise em Belo Horizonte e do Grupo de Estudos Psicanalíticos de Belo Horizonte filiado à Associação Internacional de Psicanálise

A saga de um ideal

Dedicatória

Dedico este trabalho ao Dr. José Pedro Salomão, devido à sua importância pessoal e, indiretamente, para a constituição do Grupo de Estudos Psicanalíticos de Minas Gerais.

Texto

Resumo

A maioria das instituições psicanalíticas, ligadas à Associação Internacional de Psicanálise, foi obra de pioneiros, aos quais se juntaram outros para escrever histórias ímpares. Com o Grupo de Estudos Psicanalíticos de Minas Gerais não foi diferente.

Embora a nova capital, fundada no final de século 19, estivesse destinada a tornar-se rica em todas as áreas do conhecimento humano, devido à herança de audazes idealistas e intelectuais mineiros, o Núcleo só foi oficializado em 1993.

Sua história remonta ao ano de 1944, quando foi oficialmente instituída a Psicanálise no Brasil, com a oficialização da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

Com o auxílio do Dr. Leão Cabernite, médico psiquiatra interessado em Psicanálise que residia aqui, descrevo o que existia em Minas nessa época e nos anos sucessivos.

Desde 1963, quando me formei pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, até 1993, trabalhei de forma incessante e despojada para a oficilização do Núcleo Psicanalítico de Belo Horizonte, entidade filiada à Associação Internacional de Psicanálise e, na época, coordenada pela Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro.

Em setembro de 2008, 15 anos depois, o Núcleo Psicanalítico de Belo Horizonte foi reconhecido pela Associação Internacional de Psicanálise como Grupo de Estudos Psicanalíticos de Minas Gerais, podendo agora funcionar de forma autônoma na formação de psicanalistas mineiros.

Neste trabalho, descrevo passo a passo as pessoas importantes nesse processo e o longo caminho percorrido.

Histórico

As instituições psicanalíticas ligadas à Associação Internacional de Psicanálise (IPA, do inglês *International Psychoanalytical Association*) têm histórias singulares, porém possuem um elemento comum: a oficialização de todas deve-se ao empenho de algum pioneiro, ao qual vêm se juntar outros.

A história do Grupo de Estudos Psicanalíticos de Minas Gerais (GEPBH) não é diferente. Como seu obreiro e testemunha, vou procurar fazer o relato desde os primórdios da Psicanálise em nosso estado.

A cidade tornou-se capital de Minas Gerais no final do século 19, em substituição a Ouro Preto, cidade de importância nacional e internacional

pela sua história no movimento brasileiro pela independência de Portugal — liderado por idealistas e poetas que participaram da Inconfidência Mineira — e por sua arquitetura barroca preservada.

Belo Horizonte recebeu essa influência e foi planejada com cuidado e arte quanto às ruas, avenidas, praças e parques, tudo dentro de uma previsão de crescimento.

Olavo Bilac visitou a cidade na época, descrevendo-a como um lugar onde havia duzentas casas, clima bom por causa das montanhas vizinhas, terra boa para plantação de frutas e propícia para ser projetada devido ao traçado das cinco ruas existentes.

O crescimento foi singular. No seu centenário, já era a terceira cidade brasileira em população e seu traçado ultrapassou os limites originais. Em todas as áreas de atividade, despontaram nomes ilustres dentro do cenário nacional artístico, intelectual, científico, político e econômico.

Em 1944, época da oficialização pela IPA da primeira sociedade psicanalítica do Brasil, a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP), Belo Horizonte contava com estrutura universitária qualificada: Faculdades de Medicina, de Farmácia, de Odontologia, de Engenharia, de Arquitetura e de Direito. Nessas instituições, modelos de ensino superior, formaram-se inúmeros mineiros de destaque nacional e internacional. A cidade possuía vida artística, cultural e científica ativa, comparada com outras capitais brasileiras, apesar dos 47 anos de existência. Havia uma imprensa dinâmica, com matérias sobre assuntos diversos, inclusive Psicanálise.

Em busca de elementos para verificar o que havia aqui nessa época no âmbito relacionado à ciência de Freud, procurei o Dr. Leão Cabernite devido ao fato de ele residir aqui e militar na área da Psiquiatria com interesse na Psicanálise.

Escreveu-me ele: "Em 1944 eu publicava artigos de Psicanálise na *Folha de Minas*, jornal onde trabalhava enquanto aluno da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Eu redigia e publicava colunas semanais sobre o assunto no citado jornal. Ainda em 1945, no terceiro ano do curso (formei-me em 1948), decidi estudar alemão. Para tanto, procurei Karl Weissmann. No intervalo das aulas, ele tocava no violino o minueto de Boccherini e discutíamos Psicanálise. Era uma matéria nova, inteiramente desconhida do público e da maioria dos intelectuais. No entanto, já se falava em 'complexo' e outras palavras do jargão psicanalítico. Weissmann havia publicado, alguns meses antes, o livro com enfoque psicanalítico *O dinheiro na vida erótica*. Ele enviou para Freud um exemplar e este lhe enviou uma carta de agradecimento, carta essa que consta da biografia escrita por Ernest Jones sobre a vida e a obra de Freud. Weissmann a exibia triunfalmente para todos. O livro é um amontoado de fantasias do autor, somadas aos enunciados teóricos de

Freud. Foram estes os meus primeiros contatos com a Psicanálise e as idéias do seu criador. Em 1949, Weissmann dava cursos de hipnose para dentistas e se correspondia com Werner Kemper, psicanalista alemão didata da IPA, que estabeleceu moradia no Rio, convidado por médicos daquela cidade para organizar e formar uma Associação de Psicanálise. Nessa época, eu havia me formado e mudado para o Rio, onde morei até 1950, fazendo estágio em Neurocirurgia, Psiquiatria e atendendo em 'Psicanálise'. Era um estágio onde eu pesquisava desde Neuroanatomia patológica até indicações e resultados da lobotomia de Muniz. Em Psicanálise, eu tinha poucos, mas 'co-operadores' clientes. Após o estágio, voltei para Belo Horizonte e continuei no exercício da Psicanálise. Nesta ocasião, o Dr. Paulo Dias Correia, cunhado de Weissmann, também a praticava. Isto aconteceu até 1954. Em fevereiro desse ano, o Dr. Werner Kemper, então Presidente da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, decidiu fazer um passeio a Carinhanha, na Bahia, saindo, em barco, de Pirapora. O trajeto era Rio–Belo Horizonte–Pirapora–Bahia–Rio. Na época, Weissmann já era "psicanalista" da Penitenciária de Neves. Quando o Dr. Kemper passou por Belo Horizonte, Weissmann pediu-me que o recebesse em minha casa. Nesse encontro mencionei ao Dr. Kemper meu desejo de fazer formação psicanalítica e ele me disse que o Dr. Paulo Dias Correa havia feito o mesmo pedido. Ele só dispunha de uma vaga e precisava tempo para optar. No dia seguinte fez sua opção pela minha pessoa. O Dr. Paulo Dias não desanimou e mudou-se para São Paulo, onde fez sua formação. Eu comecei a minha no Rio no mês seguinte, indo semanalmente lá para a análise didática e para a formação teórica, até que em março de 1957, mudei-me definitivamente. Terminei-a em dezembro de 1959. O Dr. Helio Pellegrino veio depois e começou sua análise com Iracy Doyle.

Nesse relato, eu destacaria os seguintes pontos:

1) Por intermédio de Karl Weissmann, Belo Horizonte, na década de 1940, passa a ser conhecida de Freud. Há correspondência maior de Freud com outro brasileiro, o Dr. Durval Marcondes, de São Paulo (1928);

2) O Dr. Cabernite, ainda em formação, entre 1954 e 1957, foi o primeiro a realizar aqui um trabalho psicanalítico mais próximo do referencial técnico e teórico da Psicanálise da IPA;

3) Há uma segunda fonte de informação proporcionada pelo Dr. Joaquim Afonso Moretzsohn no livro *A história da Psiquiatria Mineira*, que menciona o Dr. José Pedro Salomão como único psicanalista de Belo Horizonte, naqueles idos de 1957. Há uma lacuna nesse livro do Dr. Moretzsohn relacionada à omissão do trabalho anterior do Dr. Cabernite.

Muito antes, em 1951, o Dr. José Pedro Salomão iniciou análise, ou melhor, Psicoterapia Psicanalítica com o Dr. Cabernite, informado por outro colega, que lhe falou dele e de seus artigos na *Folha de Minas*. Em 1957, quando o Dr. Cabernite foi para o Rio em definitivo, o

Dr. Salomão, ainda seu analisando, era o único profissional médico que passou a praticar aqui um trabalho psicanalítico com referencial IPA.

Ele era meu tio, e o interesse pela Psicanálise foi-me despertado pelas longas conversas que mantínhamos. Por coincidência, meus estudos médicos começaram em 1957 e os terminei em 1963.

Em 1962, recebo uma solicitação do Dr. Cabernite para assessorar o Dr. Maxwell Gitelson, então presidente da IPA, que desejava conhecer Ouro Preto, a Dra. Helena Antipoff e pronunciar uma palestra no Instituto Brasil-Estados Unidos de Língua Inglesa. O Dr. Cabernite sabia pelo Dr. Salomão que eu falava inglês e estudava Medicina. Passei dois dias com o Dr. Maxwell e sua esposa, proporcionando o que ele desejava, sempre acompanhado do Dr. Salomão. Foi uma experiência pessoal rica. Ouvi o Dr. Maxwell discorrer sobre o funcionamento dos mecanismos de projeção e de identificação projetiva descritos por Klein e que eram considerados como desenvolvimentos recentes da Psicanálise.

Esse acontecimento teve a singularidade de reforçar meu interesse pela Psicanálise e originou o ideal de dotar Belo Horizonte de uma entidade com as referências da formação da IPA, devido à excelência do trabalho teórico e clínico apresentado pelo Dr. Gitelson. Eu, naquela época, já sabia desses referenciais pelo convívio com meu tio.

Após minha formatura em dezembro de 1963, continuei na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (FMUFMG), na cadeira de Psiquiatria, como estagiário da mesma, sob a orientação do Dr. Hélio Durães Alkmim, que a havia assumido recentemente.

O Dr. Helio Alkmim e, posteriormente, o Dr. Jairo Bernardes, trabalhavam com conceitos psicanalíticos, devido às suas formações psiquiátricas nos Estados Unidos, em clínicas de orientação psicanalítica. Mas, na verdade, quem continuava mais próximo da teoria da prática psicanalítica aqui era o Dr. Salomão. Houve um momento em que o Dr. Cabernite lhe disse que estava com tempo de análise pessoal para ingressar no Instituto de Formação da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, da qual o Dr. Leão já era psicanalista didata. No entanto, para fazer a formação completa, teria que se mudar para o Rio e problemas familiares o impediram.

De 1963 até a data de hoje, todos os fatos ocorridos para a oficialização do GEPBH referendado pela IPA aqui foram de minha iniciativa e estão ligados à minha iniciativa pessoal, quase sempre isolada. Foi longa – 30 anos –, por vezes difícil e penosa, despojada de valores materiais, percorrida com a compreensão e incentivo próximo, constante e afetuoso de minha mulher, de modo especial, dos filhos, em particular, e de alguns colegas, que irei mencionando no andamento desta narrativa.

No ano de 1964, marquei um horário com o Dr. Werner Kemper no Rio de Janeiro para tentar iniciar minha

formação psicanalítica. Nesse encontro, disse-me ele que eu devia aguardar vaga para a formação e recomendou que iniciasse análise pessoal com outro analista, enquanto isto. Comecei-a, ficando no Rio de Janeiro por cinco dias seguidos cada mês, quando fazia duas sessões diárias. Eram as análises ainda hoje chamadas de intermitentes.

No encontro com o Dr. Kemper, comento com ele o início de um movimento aqui, que se denominava psicanalítico, dirigido pelo Padre Malomar Edelweiss, vindo da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Eu e mais alguns colegas fomos convidados para nos analisar com ele. O Dr. Kemper disse-me que o conhecia. Estava ligado ao Círculo Vienense de Psicologia Profunda, criado por Igor Caruso. Conhecia alguns trabalhos desse autor e informou-me que os parâmetros de formação eram diferentes daqueles da IPA, mas não fez referências à formação profissional e à pessoa do Padre Malomar. Diante da informação, recusei o convite, talvez em vista da minha história pessoal, até aquele momento envolvida com colegas da IPA.

Acompanhei, desde o início, o desenvolvimento do Círculo, admirado com a velocidade com que era implantado. Esta, porém, é uma história que não sei relatar. Afinal, não me filiei a ele, embora tivesse e continue tendo caros amigos pertencentes ao seu quadro societário.

Mantive-me no meu isolamento. Sustentavam-me duas frases de Freud, que foram esplêndidas e fundamentais durante esse período e nos anos seguintes, até 1993. Quando Freud se viu em meio a controvérsias e dissenções, no início de suas publicações, disse: "O homem é forte enquanto defende uma idéia forte". A outra é: "Quem sabe esperar não necessita fazer concessões".

Nesse ano de 1964, faço a primeira tentativa de criar um Núcleo. Ponho em contato pessoal o Dr. Hélio Alkmim, também interessado, com o Dr. Paulo Dias Correa, a esta altura morando no Rio e com cargo na Diretoria da Associação Brasileira de Psicanálise (ABP). Ele permanecia ligado a Belo Horizonte devido à sua tradição familiar. Por duas vezes, fez conferências na FMUFMG, uma por convite meu e outra por convite de seu irmão (professor da mesma), ambas concorridas. Em outra ocasião, ele passava alguns dias de férias aqui, os quais coincidiram com a data na qual o Padre Malomar ia fazer uma palestra sobre Psicanálise na Associação Médica de Minas Gerais. Fez-se presente, como eu, e, após a palestra, houve um atritado debate entre os dois, no qual contestou, com a veemência que lhe era própria, afirmações conceituais e de formação psicanalítica ditas pelo Dr. Malomar. Hoje, considero que foi um desgaste desnecessário, porque os colegas de Belo Horizonte demandavam uma formação psicanalítica, e a escola de Psicologia Profunda satisfazia a essa necessidade. A Psicanálise sempre teve algo de religioso. Não havia o que questionar.

O Dr. Paulo e o Dr. Hélio Alkmim esboçaram um projeto inicial. O Dr.

Paulo retornaria a Belo Horizonte como professor de Psiquiatria da FMUFMG e iniciaria a análise pessoal de cinco colegas já escolhidos, incluindo-me. Tudo corria bem, até que houve um mal entendido: o Dr. Hélio se aborreceu e o projeto se desfez. Foi uma primeira tentativa fracassada. Só a testemunhei em virtude de estar iniciando a carreira acadêmica.

Esse grupo de colegas não desanimou. Dirigimo-nos ao Rio para conversar com ele. Fomos recebidos pelo Dr. Paulo, que nos encaminhou ao Dr. Cabernite, então pessoa representativa da Psicanálise brasileira. Este nos acolheu e prontificou-se a nos apoiar. Alertou-nos, contudo, que devido à grande demanda na época por psicanalistas didatas no Brasil, nada poderia ser feito em curto espaço de tempo. De fato, nos anos de 1965, 1966 e 1967, não ocorreram fatos adicionais.

Em 1968, volto a me encontrar com o Dr. Paulo Dias para conversarmos sobre um sobrinho seu, em tratamento comigo. Falamos de novo sobre o projeto do Núcleo. Ele me pede para formalizá-lo em carta à ABP.

Em 8 de março desse ano, eu e alguns colegas da Faculdade enviamos uma carta ao Dr. Mário Martins, psicanalista gaúcho, devido à sua influência na Psicanálise do Rio Grande do Sul, forte reduto da especialidade e de estreitas relações com Argentina e Uruguai. A resposta foi a mesma de antes: havia dificuldade em encontrar psicanalistas didatas disponíveis no Brasil. Orientou-nos para entrar em contato com o Dr. Paulo Grimaldi, colega do Rio, que estava terminando sua formação em Buenos Aires e pensava em retornar ao Brasil. Fizemos contato com ele, mas sua resposta foi negativa, porque havia assumido compromissos no Rio.

Ainda em 1968, fui ao Rio de Janeiro participar da II Jornada Brasileira de Psicanálise. Foi uma situação constrangedora. A participação no evento era fechada para membros e candidatos da ABP. Apresentei-me ao Dr. Cabernite, que ficou embaraçado, mas conseguiu permissão da comissão organizadora para que eu pudesse participar.

Em 1968, seguindo recomendações do Dr. Paulo Grimaldi, entro em contato com o Dr. Jorge Mon, Presidente da Associação Psicanalí-tica Argentina, convidando o psicanalista didata argentino para radicar-se aqui. Lá havia muito mais analistas didatas do que no Brasil. Procurei o Dr. Paulo Neves de Carvalho, pessoa conhecida minha, então Secretário de Educação do Estado de Minas Gerais, para pedir-lhe uma participação direta sua e do Dr. José de Magalhães Pinto, Ministro da Justiça na época. Consegui que houvesse uma correspondência do Dr. Magalhães Pinto com o Dr. Jorge Mon, mas tudo sem êxito.

Naquele ano, aconteceu um fato importante. Com participação de alguns colegas, constituímos a Sociedade Mineira de Psicoterapia Analítica de Grupo (SMPG), tendo como Presidente o Dr. Bernardo Blay Neto e eu como o primeiro secretário. O Dr. Blay Neto, psicanalista de São Paulo, era membro importante da

Associação Brasileira de Psicoterapia de Grupo. Havia encontros mensais, quando aconteciam sessões de análise pessoal em grupo, seguida de curso teórico para formação de terapeutas de grupo. Éramos dez colegas entre médicos e psicológos. Encerrei minha análise no Rio, a qual fazia desde 1964, para aderir a esse grupo. Durante dois anos, o Dr. Blay veio mensalmente a Belo Horizonte. Quando finalizou seu trabalho, eu e alguns colegas continuamos em análise e supervisão com ele, indo a São Paulo, porém agora de forma individual. Para mim, foi uma inesquecível experiência pessoal e profissional.

No início de 1970, convido o Dr. Walderedo Ismael de Oliveira, influente psicanalista do Rio, convidado oficial do I Congresso Mineiro de Psiquiatria, para realizar uma jornada da SMPG durante o mesmo. Infelizmente, não conseguimos efetivar o evento.

Nessa época, como Coordenador da Disciplina de Psiquiatria da FMUFMG, promovi vários encontros científicos, trazendo a Belo Horizonte psicanalistas relevantes do cenário brasileiro, tentando sensibilizá-los para auxiliar na fundação do Núcleo e mobilizar interessados daqui para participar do movimento.

Tentei, ainda, sensibilizar o Reitor da UFMG para contratar um psicanalista didata com o fim de dinamizar a Disciplina de Psiquiatria da FMUFMG. Houve correspondência direta entre a Reitoria, a ABP e a Profa. Virgínia Bicudo, então Diretora do Instituto de Ensino de Psicanálise da SBPSP. Novamente esses contatos não deram em nada.

Em 1972, surge uma oportunidade concreta. Tenho contatos com o Dr. Hernan Davanzo, psicanalista didata da Sociedade Psicanalítica do Chile, que trabalhava em Ribeirão Preto, São Paulo, onde morava com a mulher e duas filhas. Este veio para o Brasil devido ao governo de Salvador Allende no Chile, ao qual se opunha. O Dr. Davanzo era membro ativo da Organização Pan-Americana de Saúde, que mantinha um programa denominado Laboratório de Relações Humanas para Faculdades de Medicina. O objetivo desse trabalho era despertar os participantes para a ação de elementos subjetivos nas decisões administratvas, ações dos docentes e da cúpula universitária. O Laboratório durava 15 dias, em tempo integral, com a participação de 30 docentes. Consegui viabilizar a realização do mesmo com grande repercussão na comunidade universitária docente. Esse Laboratório foi exitoso pela competência do Dr. Davanzo e projetou o Departamento de Psiquiatria e Neurologia da FMUFMG, do qual eu era chefe na época, no âmbito da Faculdade e da Reitoria. Cogitei e consegui, em tempo recorde, a contratação do Dr. Davanzo pela Reitoria da UFMG e a concordância da Profa. Virgínia Bicudo para que a SBPSP aceitasse a filiação do Núcleo. Seis colegas interessaram-se pela formação analítica. Quando tudo parecia acertado, ocorreu o golpe militar no Chile pelo Coronel Pinochet, e o governo chileno empenhou-se em trazer de volta seus filhos profissionais

para reerguerem o país. O patriotismo falou mais alto no coração do Dr. Davanzo e perdemos a possibilidade mais concreta que tivéramos até então.

Em 1972/1973, e mesmo antes, eu era procurado por recém-formados em busca de orientação para residência de Psiquiatria e para formação psicanalítica, pelo meu cargo de professor na Faculdade. Encaminhei vários candidatos para o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul. Muitos tornaram-se psicanalistas e, hoje, são membros destacados da Psicanálise brasileira.

Começei a me convencer de que também deveria buscar minha formação psicanalítica. Ainda em análise com o Dr. Blay Neto em São Paulo, procurei a Profa. Virgínia Bicudo, Diretora do Instituto de Ensino da Psicanálise da SBPSP, e ela me falou de seu trabalho em Brasília, aonde ia nos finais de semana para análise de candidatos, dizendo que eu poderia fazer minha formação por lá.

Depois de aprovado nos testes de seleção, começei minha análise didática com ela em agosto de 1975, indo semanalmente a Brasília, mas não deixei de continuar meus contatos com psicanalistas brasileiros.

No início de setembro, escrevo ao Prof. Darcy Mendonça Uchoa, eminente psiquiatra, professor universitário e psicanalista da SBPSP, para juntos propormos ao Ministério da Educação um programa de bolsas para facilitar a formação analítica de candidatos de outras cidades que não Rio, São Paulo e Porto Alegre, mediante ajuda financeira, principalmente para seus docentes. Ele não levou a sério essa ideia e a abandonou, embora eu a julgue muito atual.

Naquele ano, compareci ao II Congresso Brasileiro de Psicanálise em Porto Alegre, como candidato, e mantive correspondência amiga com os Drs. Blay Neto, Paulo Dias e Davanzo.

No segundo semestre de 1976, o Dr. Carlos David Segres, Membro Associado da SBPSP, telefonou-me, falando de seu interesse em trabalhar aqui, nos fins de semana. Oficializamos um curso na FMUFMG sobre Fundamentos da Psicanálise, que ele ministrou às sextas-feiras, à noite, com ótima audiência. Encaminhei-lhe vários analisandos para atendimento na sexta-feira e no sábado, dentre os quais três psiquiatras. Frequentemente, tínhamos encontros nas tardes de sábado, quando eu chegava de Brasília e antes de ele voltar para São Paulo. Seu trabalho aqui durou cerca de dois anos. Foi o segundo psicanalista da IPA a exercer um trabalho clínico aqui. O primeiro foi o Dr. Blay Neto, embora em Psicoterapia de Grupo.

Ainda nesse ano, escrevo ao Dr. Mário Martins, então presidente da ABP, renovando meu pedido. Em dezembro de 1976, recebo carta do Dr. Gecel Luzer Sterling, então presidente da SBPSP, dizendo-me que fora contatado pelo Dr. Mário Martins e estava vendo como poderia atender Belo Horizonte, mas ficou na boa vontade.

Em novembro de 1977, volto a escrever para a ABP, agora sob a presidência do Dr. Laertes Moura Ferrão. Em 4 de agosto de 1978, recebo resposta da ABP, por intermédio do Dr. Carlos H. P. Afonso, informando-me que minha carta havia sido debatida na reunião da ABP, no início de janeiro desse mesmo ano, e que ficou decidido que qualquer Sociedade estava franqueada para atender ao pedido. Depois, não recebi nenhuma comunicação. Isto é, a história se repetia: não havia disponibilidade de analistas didatas.

Os anos de 1979/1980/1981 e o início de 1982 foram vazios de articulação. Em dezembro de 1982, interrompi minha análise com a Profa. Virgínia e minha formação por São Paulo, a qual [a6] retomei em março de 1983 pela Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro (SPRJ). Pesou nessa decisão a maior proximidade do Rio e alguns contatos antigos meus naquela cidade, que poderiam facilitar a criação do Núcleo daqui.

Nessa época, vim a conhecer o Dr. Victor Manoel de Andrade, com quem fiz minha primeira supervisão, e o Dr. Sérgio Khedy, então candidato como eu e analisando dele. Esse fato aproximou-nos e começei a convidá-lo, em tom de brincadeira, para morar aqui, após o término de sua formação.

Concluí meu curso em junho de 1986, nove anos após iniciá-lo em Brasília. Meu nome foi homologado como Membro Associado da SPRJ, título longamente buscado. Daí até 1988, apresentei os trabalhos na Sociedade para minha titulação como Membro Efetivo da mesma e Docente do seu Instituto. Depois de aprovado, estava certo de que o Núcleo Psicanalítico de Belo Horizonte (NPBH) dependia diretamente da minha titulação a didata.

Em janeiro de 1988, ocorre um fato importantíssimo. Sou contatado pelo Dr. Sérgio, informando-me do fim de sua formação e do desejo de radicar-se aqui. Organizamos sua vinda, inicialmente, nos fins de semana. Fiz várias indicações de pacientes, e sua clínica foi gradativamente aumentando, com pacientes que lhe encaminhava, até que acabou se mudando. Sobre essa transferência, escreveu o trabalho *O analista que se muda*. Sua companhia, juventude e temperamento extrovertido foram fundamentais para fortalecer meu ideal do Núcleo, que compartilhou comigo.

Em 1989, ocorrem outros fatos importantes. No mês de junho, acontece minha homologação como Membro Efetivo da Sociedade e Docente do Instituto de Ensino (IEP). Consta da ata dessa Assembleia da SPRJ, pela primeira vez, e oficialmente, a questão do NPBH, por meio da fala do Dr. José Isaac Nigri, como segue: "Dr. Nigri informa que o Dr. Sebastião Abrão Salim não poderá vir hoje por doença na família e que está se candidatando a didata para formar um Núcleo em Belo Horizonte. O Dr. Izai comenta que o Dr. Salim tem um grupo de estudos".

Outro fato decisivo nesse ano foi a adesão, em abril, do Dr. Flávio Neves. Era um profissional muito prestigiado na Psiquiatria mineira, principalmente

dentro do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais, ao qual estava filiado. Nessa época, ocorriam modificações estruturais com o Círculo, com as quais ele não concordava. Um dia, solicitou um encontro comigo para falar de suas demandas de formação pela IPA, devido ao aprendizado que desenvolveu com renomados psicanalistas do exterior. Encontramo-nos e eu lhe disse que iria, provavelmente em junho de 1990, para didata. Coloquei-me à disposição para o que desejasse. Em seguida, conhece o Dr. Sérgio, de quem passa a ser amigo. Encaminhou vários candidatos para formação, e ele mesmo, ao entrar em formação analítica, constituiu-se em valioso representante nosso dentro da SPRJ, com excelente produção científica.

De fato, em junho de 1990, obtive a titulação de Psicanalista Didata da SPRJ, mais ansiada do que a de Membro Associado e Docente. Tal título qualificava-me mais dentro da Sociedade, com autorização para analisar candidatos a formação.

O que era embrionário começou a se organizar e desenvolver com minha presença, do Dr. Sérgio, do Dr. Flávio e de alguns possíveis candidatos a formação. Nesse ano, veio juntar-se a nós a Dra. Clemilda Barbosa de Souza, outra psicanalista didata da SPRJ, inicialmente nos finais de semana, atendendo outros analisandos que lhe foram encaminhados e com propostas de formação. Ela possuía experiência na implantação dos Núcleos de Recife e de Campo Grande, fato que fortaleceu nosso propósito.

O Dr. Sérgio foi preenchendo os requisitos para analista didata e, ao completar essa etapa, estávamos aptos institucionalmente para requerer à SPRJ nosso pedido de oficialização do NPBH, que exigia a existência de três analistas didatas morando na cidade. No Rio, contávamos abertamente com o apoio do Dr. José Izaac Nigri e do Dr. Nilo Ramos de Assis, respectivamente Presidente da SPRJ e Diretor do Instituto de Ensino. Ambos já estavam em fins de mandato e, por solicitação do novo candidato à Presidência, Dr. Ramón Fandiño, concordamos em remeter o pedido oficial para filiação do Núcleo junto à SPRJ no dia de sua posse, em 15 de janeiro de 1991.

Assim o fizemos, mas dessa data em diante, houve um silêncio, quebrado em maio de 1991, durante a realização do XIII Congresso Brasileiro de Psicanálise em São Paulo. Naquela ocasião, eu e o Dr. Sérgio conversamos pessoalmente com o Dr. Ramón e com a Dra. Léa Lengruber, Presidente e Diretora do Instituto da SPRJ. Parecia-nos que algo estranho estava acontecendo para explicar aquele silêncio, mas não nos foram dadas explicações. Apenas foram feitas exigências a mim e ao Dr. Sérgio. Deveríamos custear a divulgação das inscrições de candidatos à seleção, passagens aéreas e estadia dos analistas incumbidos da mesma, condições com as quais concordamos, mas ficou-nos a impressão de que não era só isso. Nesse Congresso, estava presente o Dr. Horacio Etchegoyen, candidato à Presidência da IPA. Procurei-o e conversei longamente sobre nossa situação. Ele hipotecou

seu apoio para interceder junto à SPRJ para sanar dificuldades.

Em junho, no dia 4, em circular aos membros docentes da SPRJ, constava da pauta da reunião no seu item 2 "A abertura de inscrições para a formação do futuro Núcleo de Belo Horizonte". Foi sugerido que se fizesse a divulgação aqui e a avaliação de quantas pessoas se inscreveriam e, depois, viesse um didata para uma reunião com os mesmos.

Em 15 de julho de 1991, recebo correspondência da Dra. Léa, comunicando-me os passos a serem dados e o conteúdo da circular de divulgação. Segui os ordenamentos e, com a ajuda da Dra. Jannê de Oliveira Campos, fizemos a divulgação. Vinte pessoas contataram a Secretaria do IEP da SPRJ. Finalmente, em 23 de novembro de 1991, ela vem a Belo Horizonte, e realiza-se, no Hospital Galba Veloso, a reunião com ela e os interessados, em número aproximado agora de 38 pessoas. Os interessados deveriam fazer contato com a SPRJ no Rio de Janeiro a fim de se inscreverem para seleção. Quando a deixei no aeroporto de Confins, no seu retorno, fiquei com a impressão de houvera uma reunião proveitosa, embora marcada por vários desencontros e atrasos inesperados, desnecessários e evitáveis.

Em 6 de janeiro de 1992, recebo carta da mesma, confirmando minha impressão, dizendo-se motivada com o interesse dos postulantes — havendo 13 interessados com 2 anos de experiência terapêutica — e comunicando que, em março, viria uma comissão do Instituto para o trabalho de seleção oficial.

A essa altura, havíamos formulado a ela nossa preferência pelo Dr. Victor Manoel de Andrade para Coordenador do Núcleo. Nesse mesmo dia, recebo outra comunicação de um colega, na qual me informava que no dia seguinte haveria reunião do Corpo Docente do Instituto de Ensino da Psicanálise da SPRJ para aprovação da constituição do Núcleo, fato que não me foi revelado oficialmente por correspondência.

Às 19h30 do dia 7 de janeiro de 1992, eu estava na Sociedade. Ao chegar, fui abordado por uma colega que tentou me convencer de que não seria propício eu enfatizar na reunião o pedido de oficialização do Núcleo. Interpretei aquilo como uma resistência de natureza política dentro do IEP, embora achasse absurdo esse critério para lidar com iniciativas de ordem científica. Tal pensamento me fortaleceu e ansiei pela chegada do Dr. Victor. Este, finalmente, chegou e eu lhe disse sobre meu propósito de pedir a oficialização e de sua indicação para Coordenador. No seu habitual acolhimento e simplicidade, ele concordou.

Essa reunião transcorreu num clima tenso, diante da existência das oposições que eu intuíra, embora nunca me certificasse dos motivos. Fiz uma exposição dos fatos mencionados neste trabalho, da minha incessante jornada e dos elementos concretos que tínhamos para início do Núcleo, já com turma de formação, fato relativamente inédito na Psicanálise

brasileira. Entre os docentes, encontravam-se antigos alunos da Faculdade, orientados por mim para formação na SPRJ, e muitos colegas que reconheciam nossos propósitos. Pedi a oficialização e aprovação do Coordenador para o Núcleo e, finalmente, a razão prevaleceu.

O Núcleo foi oficializado e o Dr. Nilo Ramos de Assis apresentou o Dr. Victor como candidato a Coordenador, que recebeu aprovação unânime. No final, mais algumas palavras, e saí apressado para pegar o ônibus de volta a Belo Horizonte. Finalmente, havia concretizado meu ideal: oficializar uma entidade científica psicanalítica de acordo com as referências da IPA. Estava feliz também pela aprovação do Dr. Victor para coordená-lo, com sua amizade, seu afeto e sua respeitável bagagem científica e institucional. De fato, dedicou despojadamente seu tempo com vindas a Belo Horizonte para fazer um trabalho exemplar de como se constitui um Núcleo psicanalítico, elaborando seu estatuto e nos orientando em termos do seu fortalecimento.

Em 21 de maio de 1993, realizamos a sessão de oficialização do NPBH com a presença de representantes da ABP, SPRJ e da Dra. Maria Manhães, que pronunciou a primeira aula do curso de formação de psicanalistas.

Esse resumo mostra que o Núcleo foi produto de um trabalho meu incessante, continuado, por muito tempo solitário. Agora, alcançado esse patamar de parcerias e organização, outros desenvolvimentos acontecerão, sempre voltados para auxiliar os pacientes que nos procuram. A Psicanálise jamais poderá deixar de priorizar seu eixo clínico e de pesquisa. É uma ciência em evolução e formação continuada, como deve suceder com todos os psicanalistas. Todos os fatos citados neste trabalho estão comprovados por documentos em meu poder.

Agora, após 15 anos de atividades, como previsto, podemos atestar o crescimento do NPBH. Nesse período, formamos duas turmas de psicanalistas em número de oito e consolidamos nossa estrutura de ensino e pesquisa com mais três psicanalistas de São Paulo e dois do Rio de Janeiro. Uma terceira turma de dez candidatos começou a formação em agosto de 2008.

Em setembro de 2008, recebemos o registro da IPA de Grupo de Estudos Psicanalíticos de Minas Gerais, fato bastante significativo, porque nos emancipou da Coordenação da SPRJ e passamos a funcionar diretamente ligados à IPA, com Diretoria e Instituto de Psicanálise autônomos.

Mais uns poucos anos, e estou certo de que chegaremos a Sociedade Provisória e, finalmente, a Sociedade Componente, com todas essas etapas longas e demandando sempre um trabalho artesanal.

Mais importante é mantermos o ideal do início de 1963, isto é, dotar Belo Horizonte de uma instituição de formação de psicanalistas dentro dos critérios da IPA a serviço da comunidade mineira.

José de Siqueira



Simone Ribeiro

Uma proposta para melhorar a educação dos países da América Latina e do Caribe

José de Siqueira é professor associado do Departamento de Ciência da Computação do Instituto de Ciências Exatas da UFMG e atual Presidente da Apubh – Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros, Minas Gerais, Brasil, gestão 2010-2012. Foi presidente da Apubh na gestão 2008/2010 e secretário-geral na gestão 2006-2008.



Textos

Resumo

Este artigo propõe a criação do Instituto de Pesquisas em Educação da América Latina e do Caribe por sindicatos docentes, sindicatos de técnico-administrativos em educação e entidades estudantis. O principal papel do IPE será a produção, obtenção e difusão do conhecimento na área de educação para propiciar aos trabalhadores da educação e aos estudantes a possibilidade de influenciar nos rumos que a educação de nossos países deve tomar para modificarmos nossa realidade. Além disso, o IPE também permitirá aos sindicatos e entidades estudantis fazerem frente aos governos e patrões, unindo-nos em torno de um objetivo comum, independentemente de tendências políticas e sindicais individuais. Apresentamos também uma proposta de organização para o IPE.

1- Motivação

Os governos e patrões sempre fizeram alianças para dominar os povos, tanto nos países desenvolvidos, quanto nos emergentes e subdesenvolvidos. O domínio sobre os trabalhadores se faz sobretudo no aspecto socioeconômico, mas também na educação oferecida à população, que é de baixa qualidade. Os índices educacionais medidos pelo Programme for International Student Assessment (PISA) da OCDE mostram que os países emergentes e alguns poucos países em desenvolvimento da América Latina (da África, somente a Tunísia participou do PISA) ficaram bem abaixo da média da OCDE, apesar de alguns terem melhorado seu desempenho no teste de 2009 em relação aos outros anos.

Somos unânimes de que é preciso fazer algo urgente pela qualidade da educação e colocá-la ao alcance de toda a população gratuitamente. Afinal, esse é um direito constitucional básico e temos que construir essa realidade, em vez de esperarmos que alguém o faça. Não podemos simplesmente lamentar que os governos não fazem o que deve ser feito, um após o outro, estado por estado, cidade por cidade e a nível federal. Precisamos pensar a educação e nós, professores e educadores, técnico-administrativos da educação, bem como estudantes somos os protagonistas privilegiados desse processo.

Dentre as instituições que congregam os atores da educação, os sindicatos têm um papel preponderante tanto ao

propor modelos, alternativas e soluções, visando aumentar a qualidade e a universalização da educação, como para executá-los. São os professores que agem e constroem a realidade da educação no dia a dia dos alunos. A educação é tão importante para a nação que todos, independentemente de partidos, ideologias ou sindicatos temos que agir para mudá-la e melhorá-la.

A proposta de criação do IPE baseia-se na experiência dos sindicatos brasileiros que fundaram em 1955 o Dieese, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, para coletar dados e fazer pesquisas com a finalidade de calcular taxas de inflação, valor real do salário mínimo, taxas de desemprego e outros índices e dados socioeconômicos de interesse dos trabalhadores. Assim, com o Dieese os trabalhadores passaram a ter argumentos baseados em pesquisas financiadas por meios próprios que se contrapõem aos índices de inflação, valor do salário mínimo e taxas de desemprego, bem como outros dados e índices oficiais. Dessa forma, os trabalhadores brasileiros, através de seus sindicatos, quebraram a aliança do governo com os patrões, adquirindo por seus próprios meios o conhecimento necessário para isso.

Em 1983, foi fundado no Brasil o DIAP, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, com a finalidade de assessorar os trabalhadores na transformação de suas reivindicações em normas legais, bem com possibilitar aos trabalhadores de identificar e acompanhar os projetos de lei de seu interesse, ou contrários a ele, nas instâncias legislativas e executivas do estado brasileiro.

Ambas entidades intersindicais brasileiras são a prova de que os trabalhadores, quando têm a intenção comum para atuar e modificar a realidade, conseguem não só objetivos impossíveis de serem conseguidos atuando sós, mas que mostram sua união e força, algo muito mais difícil de ser obtido na prática. As duas entidades, Dieese e DIAP são exemplos da superação das diferenças entre trabalhadores e sua contribuição é reconhecida por toda sociedade brasileira, bem como pelo estado brasileiro.

A importância e, sobretudo, a necessidade do IPE hoje é tão grande, ou até maior, para o Brasil e para os países em desenvolvimento, que as do Dieese e do DIAP em suas áreas de atuação. Hoje, no Brasil, apenas o governo, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério de Educação e as universidades públicas brasileiras e algumas privadas, desenvolvem estudos e fazem pesquisa na área da educação. Os trabalhadores dessa área, na qual os professores estão incluídos, mas não são os únicos interessados, e os estudantes têm muito a contribuir para o desenvolvimento da educação dos países da América Latina e do Caribe com o IPE.

As pesquisas e estudos a serem desenvolvidos no seio do IPE subsidiarão decisões estratégicas para os sindicatos, mas também para nossas so-

ciedades, governos incluídos, contribuindo para a melhoria da qualidade e para a universalização da educação dos países participantes dessa iniciativa. O IPE poderá também ajudar a definir estratégias para as nossas sociedades na área da educação que incluam a atuação em fóruns nacionais e internacionais de educação, bem como na formulação de planos e diretrizes nacionais para a educação de cada país participante. Com isso, os sindicatos poderão coordenar suas ações, em níveis regional e internacional, de forma eficaz.

Sem uma atuação coordenada dos trabalhadores da educação e dos estudantes, subsidiada por dados e informações adequados, a eficácia dos sindicatos docentes, de trabalhadores da educação em geral e das entidades representativas dos estudantes se dilui nos esforços individuais. A atuação do IPE dará poder aos sindicatos da área da educação para negociar e convencer governos e parlamentares das reais necessidades de desenvolvimento da educação de nossos países, dirigindo os esforços governamentais na construção de planos de desenvolvimento da educação mais próximos da realidade de quem atua e constrói a educação das nossas nações. Precisamos construir o IPE para que a semente da educação de qualidade cresça forte como a árvore símbolo do Brasil, o Ipê.

2- Objetivo Geral

O Instituto de Pesquisas em Educação – IPE terá por objetivo realizar pesquisas e estudos em educação, em todos seus níveis de abrangência, para subsidiar e orientar a classe trabalhadora e estudantil, através de seus sindicatos e entidades representativas, na proposição, consecução e acompanhamento de políticas públicas para garantir a qualidade, a universalização e a gratuidade da educação a todos os brasileiros.

3- Objetivos Específicos [1]

a) Realizar, patrocinar ou promover pesquisas, análises e estudos relacionados ao mundo da educação, em todos os níveis de abrangência, com a finalidade de diagnosticar, propor soluções e acompanhar os temas de interesse da classe trabalhadora em relação à educação;

b) Proceder a levantamentos estatísticos e qualitativos destinados à apura-ção de dados relativos à:

- qualidade de ensino,
- condições de acesso ao ensino,
- condições e qualidade de aprendizagem,
- custo do ensino,
- saúde,
- salário,
- condições de trabalho dos trabalhadores públicos e privados da educação;

c) Promover a divulgação, difusão e publicação dos conhecimentos técnicos desenvolvidos e acumulados através dos meios que se fizerem mais adequados;

d) Desenvolver atividades de asses-

[1] Adaptado do art. 3º do estatuto do Dieese de 2003.

soria, consultoria e prestação de serviços ao Movimento Sindical;

e) Desenvolver, realizar e promover atividades culturais relacionadas à temática do mundo do trabalho e da educação;

f) Desenvolver e ministrar atividades formativas como cursos, seminários, palestras e oficinas;

g) Articular com seus congêneres, Dieese e DIAP, a fim de desenvolver e acompanhar projetos e estudos relacionados à educação que sejam de interesse de sindicatos de trabalhadores em educação e em geral, bem como de entidades representativas dos estudantes.

4- Organização

Propomos que Instituto de Pesquisas em Educação – IPE seja organizado em uma Plenária e em 5 Conselhos, cujos membros serão indicados, durante o Congresso Anual da Plenária, por consenso entre as entidades sindicais e estudantis que dele fizerem parte. Os Conselhos propostos são os seguintes:
1- Conselho Administrativo.
2- Conselho Fiscal.
3- Conselho Político.
4- Conselho Sindical.
5- Conselho Científico.

A Plenária será o órgão deliberativo do IPE e terá a tarefa de discutir e definir as ações políticas, sindicais e científicas a serem executadas pelos Conselhos. A Plenária se reunirá uma vez por ano, em congresso, e analisará os relatórios de atividades anuais dos Conselhos, propondo correções, continuações e definições de novos objetivos.

Os Conselhos Administrativo e Fiscal terão suas tarefas definidas com a finalidade de dar suporte administrativo e financeiro para as atividades fins do IPE.

Os Conselhos Político, Sindical e Científico deverão articular-se para definir os objetivos políticos e sindicais a serem alcançados, assim como os meios metodológicos, científicos e políticos para obtenção dos dados, informações e conhecimentos necessários à obtenção dos objetivos e interesses da Classe Trabalhadora com relação à educação.

O Conselho Científico ficará a cargo de propor pesquisas estatísticas e qualitativas, bem como metodologias e formas de acompanhamento necessárias para a consecução dos objetivos definidos. Dentre as tarefas do Conselho Científico vislumbramos:

1- Elaboração de editais de pesquisa a serem propostos para a comunidade científica nacional e internacional com esta finalidade.

2- Acompanhamento do desenvolvimento das pesquisas, em conjunto com as equipes de pesquisas contratadas, bem como junto às entidades científicas e de financiamento da pesquisa.

3- Articulação com grupos de pesquisa em educação existentes para

proposta de desenvolvimento de linhas de pesquisa a serem levadas a cabo por esses grupos.

4- Articulação com os Conselhos Sindical e Político para propor métodos e metodologias existentes ou a serem desenvolvidas para diagnosticar, propor soluções e acompanhar a resolução de problemas relativos à política educacional em geral, bem como problemas sindicais dos trabalhadores em educação, docentes ou técnico-administrativos, ou de interesse dos estudantes, em qualquer nível da educação.
O Conselho Político terá como principais tarefas a articulação com parlamentares e partidos políticos para definir e conseguir os objetivos políticos, sindicais e científicos definidos em conjunto com os sindicatos e entidades estudantis que apoiem o IPE. Eis algumas tarefas a serem desenvolvidas pelo Conselho Político:

1- Articulação política com parlamentares de quaisquer partidos políticos e com todos partidos políticos para alcançar os objetivos definidos pela Plenária do IPE.

2- Análises de conjunturas socioeconômicas e políticas da atualidade brasileira, visando a educação e a consecução dos objetivos definidos pela Plenária do IPE.

3- Atuação junto a órgãos do governo e junto ao Congresso Nacional para obtenção de informações, financiamentos e apoio político para as ações do IPE.

4- Acompanhamento das ações políticas, sindicais e científicas do IPE para as entidades que dele fazem parte.

O Conselho Sindical terá as seguintes tarefas:

1- Articulação política entre as diversas centrais sindicais, confederações, federações, sindicatos e entidades estudantis do IPE para alcançar os seus objetivos.

2- Acompanhamento dos interesses das entidades apoiadoras do IPE junto a órgãos governamentais e entidades financiadoras da pesquisa, públicas ou privadas.

3- Atuação conjunta com o Conselho Político do IPE para apoiar as articulações políticas deste Conselho em todos os níveis federativos: municipal, estadual e federal.

4- Encaminhamento das necessidades e demandas de conhecimento das diversas entidades constituintes do IPE aos Conselhos Político e Científico da entidade para avaliação e propositura de ações.

5- Conclusão

Para criarmos o IPE com seu caráter suprapartidário e acima das divisões políticas de centrais e entidades sindicais, é absolutamente necessário articular, desde a sua criação, todas as entidades interessadas, independente de seus enfoques político-sindicais. A oportunidade está na sua criação e é preciso lembrar o trabalho do Dieese e do DIAP para vencer as

resistências que porventura possam existir e para que todas centrais sindicais apóiem e viabilizem a ideia concretamente.

Da mesma forma, é preciso articular o apoio de todos os partidos que têm interesse genuíno em modificar a realidade da educação no país, para o IPE.

Quanto ao financiamento, as entidades sindicais e estudantis que integrarem o IPE financiarão suas atividades, nos moldes do que é feito no Dieese e DIAP, ou seja, com contribuições mensais proporcionais à sua arrecadação.

Romeu Sabará



Simone Ribeiro

Romeu Sabará é professor aposentado do Departamento de Antropologia Social da FAFICH / UFMG.

Poemas

Romeu Sabará, professor de Antropologia Social da UFMG, aposentado, vem se dedicando à poesia, tendo três obras publicadas: "De Marias e Madalenas: a saga de José Maria Madalena", pela Mazza Edições (1996); "Belo Horizonte... zonte... zonte...", pela Editora Mulheres Emergentes (1997); e "Abrindo a Boca" pela Mazza Edições (2000).

Dedica-se ao trabalho no sentido de valorização do professor idoso e aposentado das IES (Instituições de Ensino Superior). Como poeta, publicou alguns poemas que têm o assunto "aposentadoria" como temática. Apresentaremos dois deles retirados do livro "Abrindo a boca. 1) "Muitos diziam ser poeta sem o ser"; e 2) "Aqui Jazia".

Muitos
diziam ser
poetas
sem o ser.

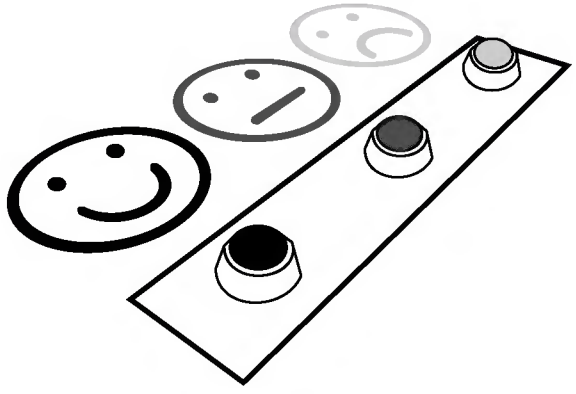
Outros
eram poetas
sem saber.

Um deles
encontrei
nos versos
impressos
dos muros
da cidade,
de grafite
em grafite:

IDIOTA!

Governei,
quatro anos,
esse País.
Acabei com a Companhia
Vale Rio Doce.
Acabei com a Companhia
Siderúrgica
Nacional,
Acabei com a Telefonia
Brasileira
Acabei com a Saúde
e Educação,
Acabei com aposentados
E chamei de vagabundos.
E você,
eleitor,
me deu ainda
quatro anos
a mais.
Vou acabar com você,

VAGABUNDO !



AQUI JAZIA

modesto professor
de Filosofia,
Antropologia,
Psicologia...

Aos trinta anos
de serviço
nesta academia,
condenado e cicutado,
foi morto e sepultado
por todos seus pares
em colendas câmaras
e egrégios conselhos
universitários.

Não foi mestre,
nem doutor,
não foi chefe,
nem reitor.

Não fez
escola
nessa escola.
Fez escola
na escola
da vida.

Ao terceiro dia,
surgiu dos mortos,
subiu aos céus
nas benditas asas
da bem merecida

APOSENTADORIA.





PROJETOS DE MKT E COMUNICAÇÃO

Lucas Daian / lucasdaian@hotmail.com
Simone Ribeiro / simonerib@yahoo.com

AUTORES NESTE NÚMERO

Dalmir Francisco

Beatriz Couto

Tânia Margarida Lima Costa e Jessica Norberto Rocha

Sebastião Abrão Salim

José de Siqueira

Romeu Sabará

apubh
Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros

Rua Arthur Itabirano, 70 - São José
Belo Horizonte/MG - Cep: 31.275-020
Tel: [31] 3441-7211 Fax: 3441-1303
Email: apubh@apubh.org.br
www.apubh.org.br / twitter.com/apubh